



# SUMÁRIO

<b>1. JURISDIÇÃO .....</b>	<b>59</b>
1.1. Conceito .....	59
1.2. Equivalentes jurisdicionais.....	61
1.2.1. Autotutela.....	61
1.2.2. Formas consensuais de solução de conflitos .....	61
1.2.2.1. Introdução .....	61
1.2.2.2. Espécies .....	63
1.2.2.2.1. Autocomposição .....	63
1.2.2.2.2. Mediação.....	64
1.2.2.2.3. Tratamento procedimental da conciliação (autocomposição) e mediação .....	65
1.2.2.2.3.1. Introdução.....	65
1.2.2.2.3.2. Centros judiciários de solução consensual de conflitos.....	65
1.2.2.2.3.3. Local físico da conciliação e mediação.....	66
1.2.2.2.3.4. Conciliador e mediador .....	67
1.2.2.2.3.5. Princípios das formas consensuais de solução dos conflitos .....	69
1.2.2.2.3.6. Cadastros .....	74
1.2.2.2.3.7. Remuneração do conciliador e do mediador .....	74
1.2.2.2.3.8. Impedimento do conciliador e do mediador .....	75
1.2.2.2.3.9. Causas de exclusão .....	76
1.2.2.2.3.10. Solução consensual no âmbito administrativo .....	76
1.2.2.2.3.11. Conciliação e mediação extrajudiciais.....	76
1.2.3. Arbitragem .....	77
1.3. Escopos da jurisdição .....	79
1.4. Características principais.....	80
1.4.1. Caráter substitutivo .....	80
1.4.2. Lide.....	81
1.4.3. Inércia.....	82

1.4.4.	Definitividade.....	85
1.5.	Princípios da jurisdição.....	85
1.5.1.	Investidura.....	85
1.5.2.	Territorialidade (aderência ao território).....	86
1.5.3.	Indelegabilidade .....	87
1.5.4.	Inevitabilidade .....	88
1.5.5.	Inafastabilidade.....	88
1.5.6.	Juiz natural.....	94
1.5.7.	Promotor natural .....	95
1.6.	Espécies de jurisdição .....	96
1.6.1.	Jurisdição penal ou civil.....	96
1.6.2.	Jurisdição superior ou inferior.....	96
1.6.3.	Jurisdição comum e especial .....	96
1.7.	Jurisdição voluntária .....	97
1.7.1.	Características .....	97
1.7.1.1.	Obrigatoriedade.....	97
1.7.1.2.	Princípio inquisitivo.....	97
1.7.1.3.	Juízo de equidade.....	98
1.7.1.4.	Participação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica .....	99
1.7.2.	Natureza jurídica.....	99
1.7.2.1.	Inexistência de caráter substitutivo.....	100
1.7.2.2.	Inexistência de aplicação do direito ao caso concreto .....	100
1.7.2.3.	Ausência de lide .....	101
1.7.2.4.	Não há partes, mas meros interessados.....	101
1.7.2.5.	Não há processo, mas mero procedimento.....	102
1.7.2.6.	Inexistência de coisa julgada material .....	102
1.8.	Tutela jurisdicional.....	103
1.8.1.	Espécie de crise jurídica .....	103
1.8.2.	Natureza jurídica dos resultados jurídico-materiais.....	105
1.8.3.	Coincidência de resultados com a satisfação voluntária.....	108
1.8.4.	Espécie de técnicas procedimentais .....	110
1.8.4.1.	Introdução .....	110
1.8.4.2.	Formas de concretização da tutela diferenciada .....	111
1.8.4.3.	Cláusula geral de negócio jurídico processual .....	113
1.8.5.	Cognição vertical (profundidade).....	113
1.8.6.	Sistema processual .....	114
<b>2.</b>	<b>AÇÃO.....</b>	<b>123</b>
2.1.	Teorias da ação .....	123
2.1.1.	Teoria imanentista (civilista) .....	123
2.1.2.	Teoria concreta da ação .....	124

2.1.3.	Teoria abstrata do direito de ação.....	125
2.1.4.	Teoria eclética.....	126
2.1.5.	Teoria da asserção.....	127
2.2.	Condições da ação.....	129
2.2.1.	Introdução.....	129
2.2.2.	Possibilidade jurídica do pedido.....	131
2.2.3.	Interesse de agir.....	132
2.2.4.	Legitimidade.....	134
2.3.	Elementos da ação.....	137
2.3.1.	Introdução.....	137
2.3.2.	Partes.....	137
2.3.3.	Pedido.....	139
2.3.3.1.	Certeza e determinação do pedido.....	139
2.3.3.2.	Pedidos genéricos.....	141
2.3.3.2.1.	Universalidade de bens.....	141
2.3.3.2.2.	Demanda de indenização quando impossível a fixação do valor do dano.....	141
2.3.3.2.3.	Valor a depender de ato a ser praticado pelo réu.....	144
2.3.3.3.	Pedido implícito.....	144
2.3.3.4.	Cumulação de pedidos.....	147
2.3.3.4.1.	Requisitos para a cumulação dos pedidos.....	147
2.3.3.4.1.1.	Pedidos não podem ser incompatíveis entre si.....	148
2.3.3.4.1.2.	Mesmo juízo competente para todos os pedidos.....	148
2.3.3.4.1.3.	Identidade procedimental.....	149
2.3.3.4.2.	Espécies de cumulação.....	150
2.3.4.	Causa de pedir.....	152
<b>3.</b>	<b>PROCESSO.....</b>	<b>157</b>
3.1.	Introdução.....	157
3.1.1.	Processo como procedimento.....	157
3.1.2.	Processo como contrato.....	158
3.1.3.	Processo como um quase contrato.....	158
3.1.4.	Processo como relação jurídica.....	158
3.1.5.	Processo como situação jurídica.....	159
3.1.6.	Processo como procedimento em contraditório.....	160
3.1.7.	Procedimento animado por uma relação jurídica em contraditório.....	160
3.1.8.	Conclusão.....	160
3.2.	Procedimento.....	161
3.3.	Relação jurídica processual.....	161
3.3.1.	Composição.....	161

3.3.2.	Características .....	162
3.3.3.	Pressupostos processuais .....	163
3.3.3.1.	Pressupostos processuais subjetivos (juiz) .....	164
3.3.3.1.1.	Investidura .....	164
3.3.3.1.2.	Imparcialidade .....	165
3.3.3.2.	Pressupostos processuais subjetivos (partes) .....	166
3.3.3.2.1.	Capacidade de ser parte .....	166
3.3.3.2.2.	Capacidade de estar em juízo .....	167
3.3.3.2.3.	Capacidade postulatória .....	169
3.3.3.	Pressupostos processuais objetivos .....	170
3.3.3.3.1.	Pressupostos processuais objetivos extrínsecos .....	170
3.3.3.3.2.	Pressupostos processuais objetivos intrínsecos .....	171
3.3.3.3.2.1.	Demanda .....	171
3.3.3.3.2.2.	Petição inicial apta .....	171
3.3.3.3.2.3.	Citação válida .....	172
3.3.3.3.2.4.	Regularidade formal .....	173
3.4.	Princípios processuais .....	173
3.4.1.	Devido processo legal .....	173
3.4.2.	Contraditório .....	174
3.4.2.1.	Conceito tradicional: informação + possibilidade de reação .....	175
3.4.2.2.	Poder de influência das partes na formação do convencimento do juiz .....	176
3.4.2.3.	Contraditório como forma de evitar surpresa às partes .....	177
3.4.2.4.	Contraditório inútil .....	179
3.4.2.5.	Contraditório diferido (ou postecipado) .....	181
3.4.3.	Princípios dispositivo e inquisitivo (inquisitório) .....	183
3.4.4.	Motivação das decisões .....	184
3.4.4.1.	Motivação e fundamentação .....	184
3.4.4.2.	Justificativas para a exigência da motivação das decisões judiciais .....	185
3.4.4.3.	Roteiro para a fundamentação das decisões judiciais .....	185
3.4.4.3.1.	Introdução .....	185
3.4.4.3.2.	Limitação a indicação, reprodução ou paráfrase de ato normativo .....	186
3.4.4.3.3.	Conceitos jurídicos indeterminados e cláusulas gerais .....	187
3.4.4.3.4.	Motivos que se prestariam a justificar qualquer outra decisão .....	188
3.4.4.3.5.	Fundamentação exauriente x fundamentação suficiente .....	188
3.4.4.3.6.	Aplicação de súmula ou precedente como fundamento do decidir .....	190

3.4.4.3.7.	Distinção ( <i>distinguishing</i> ) e superação ( <i>overruling</i> ) como fundamento para deixar de decidir com fundamento em súmula ou precedente vinculantes.....	190
3.4.4.4	Fundamentação <i>per relationem</i> .....	191
3.4.4.5.	Colisão entre normas.....	192
3.4.5.	Isonomia.....	193
3.4.6.	Publicidade dos atos processuais.....	196
3.4.7.	Princípio da economia processual .....	198
3.4.8.	Princípio da instrumentalidade das formas .....	200
3.4.9.	Princípio da razoável duração do processo .....	202
3.4.10.	Princípio da cooperação.....	204
3.4.11.	Princípio da boa-fé e lealdade processual.....	207
3.4.12.	Primazia no julgamento do mérito .....	214
<b>4.</b>	<b>COMPETÊNCIA .....</b>	<b>217</b>
4.1.	Introdução.....	217
4.2.	Competência relativa e absoluta.....	218
4.2.1.	Competência relativa .....	219
4.2.1.1.	Legitimado para arguir a incompetência relativa.....	219
4.2.1.2.	Reconhecimento de ofício da incompetência relativa .....	221
4.2.1.3.	Momento para alegação da incompetência relativa.....	223
4.2.2.	Competência absoluta .....	224
4.2.2.1.	Legitimado para arguir a incompetência absoluta.....	224
4.2.2.2.	Momento de arguição da incompetência absoluta.....	224
4.2.3.	Identidades procedimentais .....	225
4.2.3.1.	Forma de alegação da incompetência .....	225
4.2.3.2	Reconhecimento da incompetência e atos processuais já praticados .....	227
4.3.	Critérios para fixação da competência.....	230
4.4.	Limites da jurisdição nacional .....	231
4.4.1.	Introdução – princípio da efetividade.....	231
4.4.2.	Competência internacional concorrente e exclusiva.....	231
4.4.3.	Litispêndência internacional.....	233
4.5.	Espécies de competência.....	234
4.5.1.	Competência territorial.....	234
4.5.1.1.	Foro comum (ou geral ou ordinário) – art. 46 do Novo CPC.....	234
4.5.1.2.	Direito real imobiliário – art. 47 do Novo CPC .....	236
4.5.1.3.	Inventário, partilha, arrecadação, cumprimento de disposições de última vontade, impugnação ou anulação de partilha extrajudicial e ações em que o espólio for réu – art. 48 do Novo CPC.....	238
4.5.1.4.	Réu ausente – art. 49 do Novo CPC.....	239

4.5.1.5.	Réu incapaz – art. 50 do Novo CPC.....	239
4.5.1.6.	União .....	239
4.5.1.7.	Competência por delegação – art. 109, § 3.º, da CF .....	240
4.5.1.8.	Estado ou Distrito Federal .....	241
4.5.1.9.	Ação de divórcio, separação, anulação de casamento e reconhecimento ou dissolução de união estável – art. 53, I, do Novo CPC .....	242
4.5.1.10.	Ação de alimentos – art. 53, II, do Novo CPC.....	243
4.5.1.11.	Pessoa jurídica como réu – art. 53, III, “a”, do Novo CPC ...	244
4.5.1.12.	Obrigações contraídas pela agência ou sucursal – art. 53, III, “b”, do Novo CPC .....	244
4.5.1.13.	Sociedade ou associação que carece de personalidade jurídica figurar como ré – art. 53, III, “c”, do Novo CPC.....	245
4.5.1.14.	Obrigação a ser cumprida – art. 53, III, “d”, do Novo CPC...	245
4.5.1.15.	Direitos previstos no Estatuto do Idoso (art. 53, III, “e”, do Novo CPC) .....	245
4.5.1.16.	Sede da serventia notarial ou de registro .....	246
4.5.1.17.	Reparação de dano – art. 53, IV, “a” do Novo CPC.....	246
4.5.1.18.	Administrador ou gestor de negócios alheios figurando como réu – art. 53, IV, “b”, do Novo CPC.....	247
4.5.1.19.	Reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos – art. 53, V, do Novo CPC.....	247
4.5.2.	Competência funcional.....	248
4.5.2.1.	Conceito .....	248
4.5.2.2.	Competência funcional ou competência territorial absoluta? .....	249
4.5.2.2.1.	Art. 47 do Novo CPC – ações reais imobiliárias.....	250
4.5.2.2.2.	Art. 2.º da Lei 7.347/1985 – Ação civil pública.....	250
4.5.3.	Competência em razão da matéria .....	251
4.5.4.	Competência em razão da pessoa.....	252
4.5.5.	Competência em razão do valor da causa .....	253
4.5.5.1.	Juizados Especiais Estaduais – Lei 9.099/1995.....	253
4.5.5.2.	Juizados Especiais Federais – Lei 10.259/2001 .....	254
4.5.5.3.	Juizados Especiais da Fazenda Pública Estadual – Lei 12.153/2009 .....	255
4.5.5.4.	Foros regionais (distritais).....	256
4.6.	Competência da Justiça Federal.....	256
4.6.1.	Competência em razão da pessoa ( <i>ratione personae</i> ) .....	257
4.6.1.1.	Inciso I – “as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho”.....	257

4.6.1.1.1.	Sujeitos previstos no inciso legal que determinam a competência da Justiça Federal.....	257
4.6.1.1.2.	Espécie de interesse que motiva a participação dos entes federais no processo.....	258
4.6.1.1.3.	União e ação de usucapião.....	259
4.6.1.1.4.	Intervenção dos entes federais em processos em trâmite perante a Justiça Estadual.....	259
4.6.1.1.5.	Competência recursal para reconhecer a incompetência absoluta .....	261
4.6.1.2.	Inciso II – “as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País” .....	262
4.6.1.3.	Inciso VIII – “os mandados de segurança e os <i>habeas data</i> contra ato de autoridade federal, excetuados os casos de competência dos tribunais federais” .....	262
4.6.2.	Competência em razão da matéria ( <i>ratio materiae</i> ) .....	263
4.6.2.1.	Inciso III – “as causas fundadas em tratado ou contrato da União com Estado estrangeiro ou organismo internacional” .....	263
4.6.2.2.	Inciso X – “(…), a execução da carta rogatória, após o <i>exequatur</i> , e de sentença estrangeira, após a homologação, as causas referentes à nacionalidade, inclusive a respectiva opção, e à naturalização” .....	263
4.6.2.3.	Inciso XI – “a disputa sobre direitos indígenas” .....	263
4.6.2.4.	Inciso V-A – “as causas relativas a direitos humanos a que se refere o § 5.º deste artigo” .....	264
4.7.	Prorrogação de competência .....	264
4.7.1.	Conceito .....	264
4.7.2.	Prorrogação legal .....	265
4.7.2.1.	Conexão e continência.....	265
4.7.2.1.1.	Conceito .....	265
4.7.2.1.2.	Insuficiência do conceito legal de conexão .....	266
4.7.2.1.3.	Vantagens e desvantagens da reunião dos processos .....	268
4.7.2.1.4.	Obrigatoriedade ou facultatividade na reunião de processos em razão da conexão.....	270
4.7.2.2.	Ausência de alegação de incompetência relativa .....	272
4.7.3.	Prorrogações voluntárias.....	273
4.7.3.1.	Eleição de foro.....	273
4.7.3.2.	Vontade unilateral do autor .....	274
4.8.	Prevenção .....	275
4.8.1.	Conceito .....	275
4.8.2.	Prevenção de causas conexas em primeiro grau de jurisdição.....	275
4.9.	Princípio da <i>perpetuatio jurisdictionis</i> – art. 43 do Novo CPC .....	275

<b>5. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS .....</b>	<b>279</b>
5.1. Introdução.....	279
5.2. Sucumbência e causalidade .....	279
5.3. Cabimento de condenação em honorários advocatícios.....	281
5.4. Fixação de honorários sucumbenciais em recursos .....	283
5.5. Valor dos honorários sucumbenciais .....	286
5.6. Condenação da Fazenda Pública ao pagamento de honorários sucumbenciais .....	287
5.7. Sucumbência recíproca.....	288
5.8. Pagamento na pessoa da sociedade de advogados .....	289
5.9. Termo inicial dos juros .....	290
5.10. Omissão da condenação em honorários advocatícios em sentença transitada em julgado .....	290
5.11. Legitimidade para impugnar e executar.....	291
5.12. Direito ao ressarcimento dos honorários contratuais.....	293
<b>6. GRATUIDADE DE JUSTIÇA .....</b>	<b>297</b>
6.1. Beneficiários da assistência judiciária.....	297
6.2. Benefício da gratuidade .....	298
6.3. Gratuidade e adiantamento de honorários periciais .....	300
6.4. Concessão parcial de gratuidade e parcelamento.....	301
6.5. Condenação do beneficiário da gratuidade .....	301
6.6. Procedimento.....	302
6.6.1. Forma do pedido de concessão da gratuidade.....	302
6.6.2. Indeferimento do pedido .....	303
6.6.3. Deferimento do pedido.....	303
6.6.4. Impugnação à decisão concessiva do benefício.....	304
6.6.5. Instrução probatória.....	304
6.6.6. Revogação do benefício.....	304
6.6.7. Recorribilidade.....	304
6.7. Trânsito em julgado da decisão que revoga a gratuidade .....	305
<b>7. LITISCONSÓRCIO.....</b>	<b>307</b>
7.1. Conceito .....	307
7.2. Hipóteses de cabimento .....	308
7.3. Classificação do litisconsórcio.....	309
7.3.1. Litisconsórcio ativo, passivo e misto.....	309
7.3.2. Litisconsórcio inicial (originário) ou ulterior (posterior, incidental ou superveniente).....	309
7.3.3. Litisconsórcio necessário ou facultativo .....	310
7.3.4. Litisconsórcio unitário e simples.....	311
7.4. Limitação do litisconsórcio facultativo .....	312



7.4.1.	Introdução.....	312
7.4.2.	Reconhecimento de ofício pelo juiz.....	312
7.4.3.	Pedido da parte.....	313
7.4.4.	Litisconsórcio recusável?.....	314
7.4.5.	Consequência jurídica da limitação do litisconsórcio facultativo.....	314
7.5.	Litisconsórcio necessário e unitário. Necessárias distinções.....	316
7.6.	Litisconsórcio ativo necessário?.....	319
7.7.	Existe a intervenção <i>iussu iudicis</i> no processo civil brasileiro?.....	322
7.8.	Vício gerado pela ausência de litisconsórcio necessário.....	323
7.9.	Litisconsórcio alternativo e sucessivo.....	324
7.10.	Dinâmica entre os litisconsortes.....	324
7.10.1.	Introdução.....	324
7.10.2.	Atos de disposição de direito.....	325
7.10.3.	Presunção de veracidade dos fatos na revelia (art. 345, I, do Novo CPC).....	325
7.10.4.	Recurso interposto por somente um litisconsorte (art. 1.005, <i>caput</i> , do Novo CPC).....	327
7.10.5.	Produção da prova.....	328
7.10.6.	A confissão e o litisconsórcio.....	328
7.10.7.	Prazo para os litisconsortes.....	330
<b>8.</b>	<b>INTERVENÇÃO DE TERCEIROS.....</b>	<b>335</b>
8.1.	Intervenções típicas e atípicas.....	335
8.1.1.	Processo/fase de conhecimento.....	336
8.1.1.1.	Intervenções da Lei 9.469/1997.....	336
8.1.1.2.	Ação de alimentos.....	337
8.1.2.	Processo/fase de execução.....	340
8.1.3.	Ação probatória autônoma.....	341
8.2.	Assistência.....	342
8.2.1.	Introdução.....	342
8.2.2.	Assistência simples (adesiva).....	343
8.2.3.	Assistência litisconsorcial (qualificada).....	344
8.2.3.1.	Assistente litisconsorcial ou litisconsorte facultativo ulterior?.....	345
8.2.4.	Procedimento da assistência.....	346
8.2.5.	Os poderes do assistente simples.....	348
8.2.6.	Os poderes do assistente litisconsorcial.....	351
8.2.7.	Imutabilidade da justiça da decisão.....	351
8.2.8.	Justiça da decisão e coisa julgada.....	352
8.3.	Denúnciação da lide.....	354
8.3.1.	Conceito.....	354
8.3.2.	Hipóteses de cabimento.....	354

8.3.2.1.	Denúnciação da lide pelo comprador evicto .....	355
8.3.2.2.	Denúnciação do obrigado, por lei ou contrato, a indenizar regressivamente a parte (art. 125, II, do Novo CPC) .....	355
8.3.3.	Facultatividade .....	357
8.3.4.	Qualidade processual do denunciado.....	359
8.3.5.	Condenação e cumprimento de sentença diretamente contra o denunciado.....	360
8.3.6.	Denúnciação sucessiva .....	362
8.3.7.	Procedimento da denúnciação da lide feita pelo autor.....	362
8.3.8.	Procedimento da denúnciação pelo réu.....	363
8.4.	Chamamento ao processo.....	366
8.4.1.	Conceito .....	366
8.4.2.	Hipóteses de cabimento .....	368
8.4.3.	Procedimento.....	369
8.4.4.	Chamamento ao processo no direito do consumidor .....	370
8.5.	<i>Amicus curiae</i> .....	371
8.5.1.	Introdução .....	371
8.5.2.	Interesse institucional.....	371
8.5.3.	Requisitos .....	373
8.5.4.	Aspectos procedimentais.....	374
8.6.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	376
8.6.1.	Introdução.....	376
8.6.2.	Momento .....	378
8.6.3.	Procedimento.....	378
8.6.4.	Forma de defesa do sócio (ou da sociedade na desconsideração inversa).....	380
8.6.5.	Recorribilidade.....	383
8.6.6.	Fraude à execução.....	384
<b>9.</b>	<b>NEGÓCIO JURÍDICO PROCESSUAL E CALENDARIZAÇÃO PROCEDIMENTAL .....</b>	<b>387</b>
9.1.	Negócio jurídico processual.....	387
9.1.1.	Espécies de negócios jurídicos processuais.....	387
9.1.2.	Negócios jurídicos processuais típicos.....	388
9.1.3.	Cláusula geral de negócios jurídicos processuais .....	389
9.1.4.	Objeto do negócio jurídico processual previsto no art. 190 do Novo CPC.....	390
9.1.4.1.	Introdução .....	390
9.1.4.2.	Acordo procedimental.....	390
9.1.4.3.	Posições processuais .....	391
9.1.5.	Momento .....	393
9.1.6.	Requisitos formais.....	393

9.1.6.1.	Introdução .....	393
9.1.6.2.	Requisitos formais gerais do negócio jurídico.....	394
9.1.6.3.	Direitos que admitam a autocomposição.....	395
9.1.6.4.	Nulidade.....	395
9.1.6.5.	Inserção abusiva em contrato de adesão .....	397
9.1.6.6.	Vulnerabilidade.....	398
9.1.7.	Limites à liberdade das partes .....	398
9.1.7.1.	Introdução .....	398
9.1.7.2.	Normas fundamentais do processo.....	399
9.1.7.3.	Normas cogentes.....	401
9.1.7.4.	Desnecessidade e incapacidade de atingir os objetivos previstos em lei.....	404
9.1.8.	Decisão que decreta a invalidade do negócio jurídico processual .	404
9.1.9.	Casuística .....	405
9.2.	Calendário procedimental .....	406
9.2.1.	Introdução .....	406
9.2.2.	Negócio jurídico plurilateral .....	407
9.2.3.	Momento de definição do calendário.....	408
9.2.4.	Revisão excepcional do calendário.....	408
<b>10.</b>	<b>ATOS PROCESSUAIS.....</b>	<b>411</b>
10.1.	Introdução .....	411
10.2.	Da Prática Eletrônica de Atos Processuais.....	412
10.2.1.	Introdução.....	412
10.2.2.	Atos processuais por meio eletrônico.....	412
10.2.3.	Prática eletrônica de atos notariais e de registro.....	412
10.2.4.	Garantias dos sistemas de automação processual.....	413
10.2.5.	Publicidade.....	413
10.2.6.	Acesso e participação das partes e de seus procuradores.....	414
10.2.7.	Garantias de natureza técnica .....	414
10.2.8.	Registro do ato processual eletrônico.....	415
10.2.9.	Regulamentação da prática e da comunicação oficial de atos processuais por meio eletrônico.....	416
10.2.10.	Caráter oficial das informações processuais prestada pelos sistemas dos tribunais.....	416
10.2.11.	Problemas técnicos e erro ou omissão do auxiliar da justiça responsável pelo registro dos andamentos.....	416
10.2.12.	Facilitação no acesso aos autos eletrônicos .....	417
10.3.	Dos atos das partes.....	417
10.3.1.	Eficácia imediata dos atos processuais .....	417
10.3.2.	Direito de exigir recibo.....	418
10.3.3.	Cotas marginais ou interlineares .....	418

10.4.	Dos Pronunciamentos do Juiz.....	418
10.4.1.	Pronunciamentos do juízo de primeiro grau.....	418
10.4.1.1.	Sentença.....	419
10.4.1.2.	Decisão interlocutória.....	419
10.4.1.3.	Despacho.....	419
10.4.1.4.	Decisão interlocutória x despacho.....	420
10.4.1.5.	Atos ordinatórios.....	420
10.4.2.	Pronunciamentos proferidos em tribunal.....	421
10.4.2.1.	Acórdão.....	421
10.4.3.	Requisitos formais dos pronunciamentos judiciais.....	421
10.4.4.	Publicação dos pronunciamentos.....	422
10.5.	Dos Atos do Escrivão ou do Chefe de Secretaria.....	422
10.5.1.	Autuação.....	422
10.5.2.	Numeração e rubrica das folhas dos autos.....	423
10.5.3.	Termo de juntada, vista e conclusão.....	423
10.5.4.	Métodos de registro dos atos processuais.....	424
10.5.5.	Formalidades materiais dos atos e termos processuais.....	424
10.6.	Do tempo dos atos processuais.....	425
10.6.1.	Dias úteis das 06:00 às 20:00.....	425
10.6.2.	Momento para a prática eletrônica de ato processual.....	426
10.6.3.	Atos praticados durante as férias forenses e feriados.....	427
10.7.	Do lugar da prática dos atos processuais.....	428
10.8.	Dos prazos.....	429
10.8.1.	Espécies de prazos processuais.....	429
10.8.2.	Comparecimento em juízo.....	430
10.8.3.	Ato praticado antes do início da contagem do prazo.....	430
10.8.4.	Contagem do prazo.....	431
10.8.5.	Intimação tácita por meio eletrônico.....	432
10.8.6.	Suspensão e interrupção do prazo.....	432
10.8.7.	Obstáculo criado pela parte contrária.....	434
10.8.8.	Foro onde for difícil o transporte.....	435
10.8.9.	Vedação à redução de prazo sem a anuência das partes.....	435
10.8.10.	Preclusão.....	436
10.8.11.	Extinção do direito de emendar o ato processual.....	437
10.8.12.	Contagem do prazo.....	438
10.8.13.	Indisponibilidade dos sistemas de informática.....	438
10.8.14.	Publicação no diário oficial.....	439
10.8.15.	Renúncia ao prazo recursal.....	439
10.8.16.	Prazos para o pronunciamento judicial.....	440
10.8.17.	Prazos para os serventuários da justiça.....	441
10.8.18.	Termo inicial do prazo.....	442

10.8.19. Contagem e fluência do prazo.....	442
10.8.20. Atos da parte.....	444
10.8.21. Atos praticados por carta.....	444
10.8.22. Excesso de prazo pelo serventuário.....	445
10.8.23. Restituição dos autos.....	445
10.8.24. Excesso de prazo pelo magistrado.....	446
10.9. Comunicação dos atos processuais.....	448
10.9.1. Formas de comunicação.....	448
10.9.2. Citação.....	448
10.9.3. Intimação.....	448
10.9.3.1. Conceito.....	448
10.9.3.2. Meios de intimação.....	449
10.9.3.3. Responsável pela intimação.....	449
10.9.3.4. Intimação da Fazenda Pública.....	450
10.9.3.5. Intimação por meio eletrônico.....	451
10.9.3.6. Intimação por publicação no órgão oficial.....	451
10.9.3.7. Intimação em nome da sociedade de advogados.....	451
10.9.3.8. Requisitos formais da publicação (nome da parte, do advogado ou da sociedade).....	452
10.9.3.9. Publicação em nome de advogado indicado.....	453
10.9.3.10. Retirada dos autos de cartório.....	453
10.9.3.11. Alegação da nulidade.....	454
10.9.3.12. Intimação pessoal do advogado.....	454
10.9.3.13. Intimação pelo correio.....	454
10.9.3.14. Intimação pelo escrivão ou chefe de secretaria.....	455
10.9.3.15. Intimação por oficial de justiça.....	455
10.9.3.16. Intimação ficta.....	455
10.9.4. Cartas.....	456
10.9.4.1. Espécies.....	456
10.9.4.2. Carta de ordem.....	456
10.9.4.3. Carta rogatória.....	457
10.9.4.5. Carta precatória.....	457
10.9.4.6. Carta arbitral.....	457
10.9.4.7. Requisitos formais.....	458
10.9.4.8. Prazo para cumprimento.....	459
10.9.4.9. Princípio do contraditório.....	460
10.9.4.10. Caráter itinerante.....	460
10.9.4.11. Transmissão da carta por telefone.....	461
10.9.4.12. Impulso oficial.....	462
10.9.4.13. Recusa no cumprimento da carta.....	462
10.9.4.14. Devolução da carta.....	465

10.10. Ordem cronológica de julgamento .....	465
10.10.1. Introdução .....	465
10.10.2. Publicidade.....	466
10.10.3. Requerimento em processo já incluído na ordem de julgamento..	466
10.10.4. Exceções à ordem cronológica.....	467
10.10.5. Dever ou faculdade?.....	468
<b>11. VÍCIOS DOS ATOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>471</b>
11.1. Introdução.....	471
11.2. Vício e nulidade.....	472
11.3. Classificação.....	474
11.4. Mera irregularidade.....	475
11.5. Nulidades relativas.....	475
11.6. Nulidade absoluta.....	477
11.7. Inexistência jurídica.....	479
11.8. Efeito expansivo e confinamento das nulidades .....	480
<b>12. TUTELA PROVISÓRIA .....</b>	<b>483</b>
12.1. Introdução.....	483
12.2. Disposições gerais da tutela provisória .....	485
12.2.1. Introdução.....	485
12.2.2. Tutela provisória antecedente ou incidental.....	485
12.2.3. Efetivação da tutela provisória .....	487
12.2.4. Provisoriedade .....	488
12.2.4.1. Introdução.....	488
12.2.4.2. Revogação expressa ou tácita.....	488
12.2.4.3. Tutela provisória e agravo de instrumento.....	490
12.2.4.4. Fundamento e forma da revogação da tutela provisória ...	491
12.2.4.5. Tutela cautelar concedida em sentença.....	493
12.2.5. Discricionariedade e fundamentação da decisão.....	494
12.2.6. Competência .....	495
12.2.6.1. Regra de competência .....	495
12.2.6.2. Críticas ao art. 299, <i>caput</i> , do Novo CPC.....	495
12.2.6.3. Competência e prevenção do juízo.....	497
12.2.6.3.1. Juízo competente e prevenção .....	497
12.2.6.3.2. Juízo incompetente e prevenção .....	498
12.2.6.4. Competência em grau recursal e em ação de competência originária de tribunal.....	498
12.3. Comparação entre tutela cautelar e tutela antecipada .....	499
12.3.1. Introdução.....	499
12.3.2. Identidades .....	502
12.3.2.1. Requisitos para concessão.....	502

12.3.2.2.	Caução .....	503
12.3.2.3.	Responsabilidade objetiva.....	505
12.3.2.3.1.	Hipóteses legais de responsabilidade objetiva.....	506
12.3.2.3.1.1	Sentença desfavorável (art. 302, I, do Novo CPC) .....	506
12.3.2.3.1.2.	Obtenção da liminar da tutela em caráter antecedente e não fornecimento de meios necessários para a citação do requerido no prazo de 5 dias (art. 302, II, do Novo CPC)..	506
12.3.2.3.1.3.	Cessação da eficácia em qualquer hipótese legal (art. 302, III, do Novo CPC) .....	507
12.3.2.3.1.4.	Sentença de prescrição e decadência (art. 302, IV, do Novo CPC) .....	507
12.3.3.	Liquidação e execução.....	508
12.3.4.	Concessão de ofício .....	509
12.3.5.	Audiência de justificação .....	509
12.3.6.	Fungibilidade entre as espécies de tutela de urgência .....	510
12.4.	Tutela antecipada .....	511
12.4.1.	Objeto da antecipação.....	511
12.4.2.	Processos e procedimentos compatíveis.....	514
12.4.3.	Requisito negativo – irreversibilidade .....	515
12.4.4.	Legitimação.....	517
12.4.5.	Momento da antecipação.....	519
12.4.5.1.	Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	519
12.4.5.1.1.	Procedimento.....	519
12.4.5.1.2.	Estabilização da tutela antecipada.....	521
12.4.5.1.2.1.	Introdução.....	521
12.4.5.1.2.2.	Estabilização de tutela antecipada ou de tutela provisória?.....	521
12.4.5.1.2.3.	Restrição a concessão antecedente de tutela antecipada .....	522
12.4.5.1.2.4.	Tutela antecipada parcial .....	523
12.4.5.1.2.5.	Recurso do réu .....	523
12.4.5.1.2.6.	Qual é o recurso previsto no art. 304, <i>caput</i> , do Novo CPC?.....	526
12.4.5.1.2.7.	Vontade do autor.....	527
12.4.5.1.2.8.	Litisconsórcio e assistência .....	528
12.4.5.1.2.9.	Extinção do processo .....	528
12.4.5.1.2.10.	Inexistência de coisa julgada.....	529
12.4.5.1.2.11.	Ação no prazo de 2 anos .....	529
12.4.5.1.2.12.	Ação rescisória.....	531
12.4.5.2.	Tutela antecipada requerida em caráter incidental.....	532

12.4.5.2.1.	Introdução .....	532
12.4.5.2.2.	Inaudita <i>altera parte</i> .....	532
12.4.6.	Sentença.....	534
12.4.7.	Fase recursal .....	536
12.4.8.	Tutela antecipada contra a Fazenda Pública .....	538
12.5.	Tutela cautelar .....	541
12.5.1.	Autonomia .....	541
12.5.2.	Sumariedade .....	542
12.5.3.	Instrumentalidade .....	543
12.5.4.	Cautelares típicas e generalidade da tutela cautelar.....	545
12.5.5.	Tutela cautelar requerida em caráter antecedente.....	546
12.5.5.1.	Introdução .....	546
12.5.5.2.	Procedimento.....	547
12.5.5.2.1.	Petição inicial .....	547
12.5.5.2.2.	Contraditório na demanda cautelar .....	548
12.5.5.2.3.	Revelia .....	548
12.5.5.2.4.	Instrução probatória.....	549
12.5.5.2.5.	Sentença.....	549
12.5.6.	Coisa julgada material.....	550
12.5.7.	Pedido cautelar e pedido principal .....	552
12.5.7.1.	Concessão e efetivação da tutela.....	552
12.5.7.2.	Elaboração do pedido principal mesmo diante da não concessão ou não efetivação.....	555
12.5.8.	Cessação da eficácia da tutela cautelar.....	556
12.5.8.1.	Não dedução do pedido principal no prazo legal (art. 309, I, do Novo CPC).....	556
12.5.8.2.	Ausência de efetivação da tutela cautelar no prazo de 30 dias (art. 309, II, do Novo CPC).....	556
12.5.8.3.	Improcedência do pedido principal ou extinção terminativa do processo (art. 309, III, do Novo CPC).....	557
12.6.	Tutela da evidência .....	558
12.6.1.	Introdução.....	558
12.6.2.	Hipóteses de cabimento .....	558
12.6.2.1.	Abuso do direito de defesa ou manifesto propósito protelatório do réu .....	558
12.6.2.2.	Fato provável e tese jurídica pacificada nos tribunais superiores .....	560
12.6.2.3.	Prova documental em ação reipersecutória .....	562
12.6.2.4.	Prova documental sem prova do réu capaz de gerar dúvida razoável ao juiz.....	562
12.6.3.	Procedimento.....	563
12.6.4.	Tutela da evidência atípica .....	563



<b>13. FORMAÇÃO, SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO.....</b>	<b>565</b>
13.1. Formação do processo.....	565
13.1.1. Formação gradual da relação jurídica processual .....	565
13.1.2. Momento da propositura da ação .....	566
13.1.3. Litispendência.....	566
13.2. Suspensão do processo .....	567
13.2.1. Suspensão do procedimento .....	567
13.2.2. Suspensão própria e imprópria.....	567
13.2.3. Decisão de suspensão do processo .....	568
13.2.4. Impugnabilidade da decisão de suspensão do processo .....	568
13.2.5. Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	568
13.2.6. Dissolução de sociedade.....	570
13.2.7. Morte ou perda de capacidade processual do representante legal	570
13.2.8. Morte ou perda de capacidade processual do advogado.....	571
13.2.9. Convenção das partes.....	572
13.2.10. Arguição de impedimento ou de suspeição .....	573
13.2.11. Admissão de incidente de resolução de demandas repetitivas.....	573
13.2.12. Prejudicialidade .....	574
13.2.13. Necessidade de verificação de determinado fato ou a produção de certa prova, requisitada para outro juízo.....	576
13.2.14. Força maior .....	576
13.2.15. Acidentes e fatos da navegação de competência do tribunal marí- timo.....	577
13.2.16. Demais casos regulados pelo Novo Código De Processo Civil.....	577
13.2.17. Pelo parto ou adoção.....	578
13.2.18. Pela paternidade.....	578
13.2.19. Prazo de suspensão.....	579
13.2.20. Vedação à prática de atos processuais durante a suspensão do processo .....	579
13.2.21. Arguição de suspeição e impedimento do juiz .....	580
13.2.22. Verificação da existência de fato delituoso pela justiça criminal ....	580
13.3. Extinção do processo .....	581
13.3.1. Extinção do processo.....	581
13.3.2. Impropriedade do termo “extinção parcial do processo”.....	581
13.3.3. Princípio da cooperação e extinção do processo por sentença ter- minativa.....	582
13.3.4. Reconhecimento jurídico do pedido .....	582
<b>14. PROCEDIMENTO SUMÁRIO.....</b>	<b>585</b>
14.1. Introdução.....	585
14.2. Sumariedade formal.....	586
14.3. Valor da causa (art. 275, I, do CPC/1973).....	587

14.4.	Matérias (art. 275, II, do CPC/1973).....	588
14.4.1.	Arrendamento rural e parceria agrícola.....	588
14.4.2.	Cobranças ao condômino de quaisquer quantias devidas ao condomínio .....	589
14.4.3.	Ressarcimento por danos em prédio urbano ou rústico .....	589
14.4.4.	Ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre .....	589
14.4.5.	Cobrança de seguro, relativamente aos danos causados em acidente de veículo, ressalvados os casos de processo de execução .....	590
14.4.6.	Cobrança de honorários de profissionais liberais.....	590
14.4.7.	Causas que versem sobre a revogação de doação .....	591
14.4.8.	Demais casos previstos em lei.....	591
14.5.	Petição inicial .....	591
14.6.	Citação .....	592
14.7.	Audiência de conciliação .....	594
14.8.	Presença das partes e patronos na audiência de conciliação.....	595
14.9.	Resposta do réu.....	596
14.10.	Casos de conversão em rito comum .....	597
14.11.	Intervenção de terceiros.....	598
<b>15.</b>	<b>PETIÇÃO INICIAL .....</b>	<b>601</b>
15.1.	Introdução.....	601
15.2.	Requisitos estruturais da petição inicial .....	602
15.2.1.	Juízo singular ou colegiado a que é dirigida a petição inicial .....	602
15.2.2.	Indicação das partes e sua qualificação.....	603
15.2.3.	Os fatos e os fundamentos jurídicos do pedido .....	605
15.2.4.	Pedido .....	605
15.2.5.	Valor da causa .....	606
15.2.6.	Provas com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.....	609
15.2.7.	Opção do autor quanto à realização da audiência de conciliação ou de mediação .....	610
15.3.	Documentos indispensáveis à propositura da demanda.....	610
<b>16.</b>	<b>POSTURAS DO JUIZ DIANTE DA PETIÇÃO INICIAL.....</b>	<b>613</b>
16.1.	Introdução.....	613
16.2.	Emenda da petição inicial .....	613
16.3.	Indeferimento da petição inicial.....	617
16.3.1.	Conceito de indeferimento, recorribilidade e juízo de retratação....	617
16.3.2.	Hipóteses de indeferimento da petição inicial .....	620
16.3.2.1.	Inépcia da petição inicial .....	620
16.3.2.2.	Manifesta ilegitimidade de parte.....	621
16.3.2.3.	Falta de interesse de agir.....	621

16.3.2.4.	Ausência de emenda da petição inicial.....	621
16.4.	Julgamento liminar de improcedência .....	621
16.4.1.	Introdução.....	621
16.4.2.	Requisitos para o julgamento de improcedência liminar.....	623
16.4.3.	Conduta do juiz.....	625
16.4.4.	Julgamento parcial de improcedência liminar? .....	626
16.4.5.	Julgamento da apelação pelo tribunal.....	627
16.5.	Citação.....	628
16.5.1.	Conceito.....	628
16.5.2.	Efeitos da citação.....	630
16.5.2.1.	Efeitos processuais.....	631
16.5.2.1.1.	Indução à litispendência.....	631
16.5.2.1.2.	Estabilização da demanda.....	631
16.5.2.2.	Efeitos materiais.....	632
16.5.2.2.1.	Tornar a coisa litigiosa.....	632
16.5.2.2.2.	Constituição em mora do devedor.....	633
16.5.2.2.3.	Interrupção da prescrição.....	634
16.5.3.	Modalidades de citação.....	635
16.5.3.1.	Correio.....	635
16.5.3.2.	Oficial de justiça.....	637
16.5.3.3.	Editais.....	640
16.5.3.4.	Meio eletrônico.....	642
16.5.3.5.	Comparecimento do réu em cartório.....	644
<b>17.</b>	<b>AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO E CONCILIAÇÃO.....</b>	<b>645</b>
17.1.	Citação do réu para comparecimento à audiência de conciliação ou de mediação.....	645
17.2.	Conciliador e mediador.....	646
17.3.	Número de sessões.....	647
17.4.	Intimação do autor.....	648
17.5.	Desinteresse das partes na realização da audiência.....	649
17.6.	Não realização de audiência quando o direito material não admitir auto-composição.....	651
17.7.	Desinteresse na realização da audiência e litisconsórcio.....	651
17.8.	Ato atentatório à dignidade da justiça.....	651
17.9.	Presença de advogado ou defensor público.....	652
17.10.	Representante com poderes para negociar e transigir.....	652
17.11.	Redução a termo da homologação por sentença.....	652
17.12.	Pauta.....	653
<b>18.</b>	<b>RESPOSTAS DO RÉU.....</b>	<b>655</b>
18.1.	Introdução.....	655

18.2.	Contestação.....	656
18.2.1.	Prazo.....	656
18.2.2.	Matérias de defesa.....	657
18.2.2.1.	Defesas processuais.....	658
18.2.2.1.1.	Defesas dilatórias.....	658
18.2.2.1.1.1.	Inexistência ou nulidade de citação (art. 337, I, do Novo CPC).....	658
18.2.2.1.1.2.	Incompetência do juízo (art. 337, II, do Novo CPC).....	659
18.2.2.1.1.3.	Conexão/continência (art. 337, VIII, do Novo CPC).....	661
18.2.2.1.2.	Defesas peremptórias.....	661
18.2.2.1.2.1.	Inépcia da petição inicial (art. 337, IV, do Novo CPC).....	661
18.2.2.1.2.2.	Perempção (art. 337, V, do Novo CPC).....	661
18.2.2.1.2.3.	Litispendência (art. 337, VI, do Novo CPC)...	662
18.2.2.1.2.4.	Coisa julgada (art. 337, VII, do Novo CPC) ...	663
18.2.2.1.2.5.	Convenção de arbitragem (art. 337, X, do Novo CPC).....	663
18.2.2.1.2.6.	Carência da ação por falta de interesse de agir e ilegitimidade (art. 337, XI, do Novo CPC).....	664
18.2.2.1.3.	Defesas dilatórias potencialmente peremptórias.....	664
18.2.2.1.3.1.	Incapacidade de parte, defeito de representação ou falta de autorização (art. 337, IX, do Novo CPC).....	664
18.2.2.1.3.2.	Falta de caução ou de outra prestação que a lei exige como preliminar (art. 337, XII, do Novo CPC).....	665
18.2.2.1.3.3.	Incorreção do valor da causa (art. 337, III, do Novo CPC).....	665
18.2.2.1.3.4.	Carência de ação por ilegitimidade de parte (art. 337, XI do Novo CPC).....	667
18.2.2.1.3.5.	Indevida concessão do benefício da gratuidade de justiça (art. 337, XIII, do Novo CPC).....	670
18.2.2.2.	Defesas de mérito.....	670
18.2.2.2.1.	Defesa de mérito direta.....	670
18.2.2.2.2.	Defesa de mérito indireta.....	671
18.2.3.	Princípio da impugnação específica dos fatos.....	672
18.2.4.	Princípio da eventualidade.....	673
18.3.	Reconvenção.....	674
18.3.1.	Conceito.....	674
18.3.2.	Condições da ação.....	675
18.3.2.1.	Legitimidade de parte.....	675

18.3.2.2. Interesse de agir .....	677
18.3.3. Pressupostos processuais.....	678
18.3.4. Procedimento.....	679
<b>19. REVELIA .....</b>	<b>683</b>
19.1. Conceito .....	683
19.2. Efeitos.....	684
19.2.1. Fatos alegados pelo autor serão reputados verdadeiros .....	684
19.2.2. Desnecessidade de intimação do réu revel .....	688
19.2.3. Julgamento antecipado do mérito .....	689
19.3. Modificação objetiva da demanda .....	690
19.4. Ingresso do réu revel no processo .....	691
19.4.1. Participação do réu revel no procedimento probatório.....	692
19.4.1.1. Provas causais .....	692
19.4.1.2. Provas pré-constituídas.....	694
<b>20. PROVIDÊNCIAS PRELIMINARES E JULGAMENTO CONFORME O ESTADO DO PROCESSO .....</b>	<b>695</b>
20.1. Providências preliminares.....	695
20.2. Julgamento conforme o estado do processo .....	697
20.2.1. Introdução .....	697
20.2.2. Extinção do processo sem a resolução do mérito.....	697
20.2.3. Extinção do processo com a resolução do mérito, fundada no art. 487, II e III, do Novo CPC .....	698
20.2.4. Julgamento antecipado do mérito .....	699
20.2.5. Julgamento antecipado parcial do mérito .....	701
20.2.6. Saneamento e organização do processo .....	704
<b>21. AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO.....</b>	<b>711</b>
21.1. Introdução.....	711
21.2. Procedimento.....	713
21.2.1. Abertura e pregão das partes.....	713
21.2.2. Conciliação (tentativa de autocomposição).....	714
21.2.3. Fixação dos pontos controvertidos .....	715
21.2.4. Esclarecimentos do perito .....	716
21.2.5. Depoimento pessoal.....	716
21.2.6. Oitiva das testemunhas .....	717
21.2.7. Debates orais .....	717
21.2.8. Prolação da sentença.....	718
21.3. Audiência una e contínua .....	718
21.4. Adiamento da audiência.....	719
<b>22. PROVAS.....</b>	<b>723</b>
22.1. Teoria geral das provas.....	723

22.1.1.	Conceito de prova .....	723
22.1.2.	Espécies de prova .....	724
22.1.3.	A verdade possível e a verossimilhança .....	725
22.1.4.	A caducidade das expressões “verdade formal” e “verdade real” .....	726
22.1.5.	Direito à prova no processo civil .....	728
22.1.6.	Objeto da prova .....	729
22.1.6.1.	Exclusão do objeto de prova (art. 374 do Novo CPC) .....	729
22.1.6.2.	Relevância e pertinência .....	730
22.1.6.3.	Fatos notórios .....	730
22.1.6.4.	Fatos confessados .....	731
22.1.6.5.	Ausência de controvérsia .....	731
22.1.6.6.	Presunção .....	732
22.1.6.7.	Prova do direito (art. 376 do Novo CPC) .....	734
22.1.7.	Ônus da prova .....	734
22.1.7.1.	Regras de distribuição do ônus da prova .....	735
22.1.7.2.	Inversão do ônus da prova .....	737
22.1.7.3.	Momento de inversão do ônus da prova .....	739
22.1.7.4.	Inversão da prova e inversão do adiantamento de custas processuais .....	740
22.1.8.	A produção da prova de ofício (“poder” instrutório do juiz) .....	741
22.1.9.	Preclusões para o juiz na atividade probatória .....	744
22.1.10.	Valoração da prova .....	745
22.1.11.	Prova emprestada .....	748
22.1.12.	Prova ilícita .....	751
22.1.12.1.	Proibição constitucional às provas ilícitas .....	752
22.1.13.	Provas atípicas .....	754
22.1.14.	Ação probatória autônoma .....	755
22.1.14.1.	Introdução .....	755
22.1.14.2.	Cabimento .....	755
22.1.14.3.	Competência .....	756
22.1.14.4.	Procedimento .....	757
22.2.	Provas em espécie .....	761
22.2.1.	Ata notarial .....	761
22.2.1.1.	Introdução .....	761
22.2.1.2.	Cabimento .....	762
22.2.1.3.	Procedimento .....	763
22.2.2.	Depoimento pessoal .....	764
22.2.2.1.	Conceito .....	764
22.2.2.2.	Os sujeitos envolvidos no depoimento pessoal .....	765
22.2.2.3.	Consequências do depoimento pessoal .....	766
22.2.2.4.	Procedimento .....	768

22.2.3.	Da confissão .....	770
22.2.3.1.	Conceito .....	770
22.2.3.2.	Espécies de confissão .....	771
22.2.3.3.	Indivisibilidade da confissão.....	772
22.2.3.4.	Invalidação da confissão .....	773
22.2.4.	Da exibição de documento ou coisa.....	774
22.2.4.1.	Conceito .....	774
22.2.4.2.	Aspectos procedimentais comuns .....	775
22.2.4.3.	Procedimento contra a parte contrária.....	776
22.2.4.4.	Procedimento contra terceiro.....	779
22.2.5.	Da prova documental.....	781
22.2.5.1.	Conceito .....	781
22.2.5.2.	Documento público e sua força probante .....	781
22.2.5.3.	Documento particular e sua força probante .....	782
22.2.5.4.	Arguição de falsidade documental.....	785
22.2.5.4.1.	Natureza jurídica e objeto .....	785
22.2.5.4.2.	Procedimento.....	786
22.2.5.5.	Produção da prova documental.....	787
22.2.6.	Da prova testemunhal.....	789
22.2.6.1.	Conceito .....	789
22.2.6.2.	Cabimento .....	790
22.2.6.3.	Sujeitos que podem testemunhar.....	791
22.2.6.4.	Direitos e deveres da testemunha .....	793
22.2.6.5.	Produção da prova testemunhal.....	795
22.2.7.	Da prova pericial .....	800
22.2.7.1.	Conceito e espécies.....	800
22.2.7.2.	Cabimento.....	800
22.2.7.3.	Procedimento.....	802
22.2.7.3.1.	Indicação do perito .....	802
22.2.7.3.2.	Escusa do perito .....	804
22.2.7.3.3.	Prova pericial complexa.....	805
22.2.7.3.4.	Substituição do perito.....	805
22.2.7.3.5.	Atos preparatórios.....	807
22.2.7.3.6.	Intimação prévia das partes.....	808
22.2.7.3.7.	Apresentação do laudo.....	808
22.2.7.4.	Prova pericial e audiência de instrução e julgamento.....	811
22.2.7.5.	Segunda perícia .....	812
22.2.7.6.	Princípio da persuasão racional e a prova pericial .....	813
22.2.8.	Da inspeção judicial.....	813
22.2.8.1.	Conceito .....	813
22.2.8.2.	Procedimento.....	814

<b>23. SENTENÇA .....</b>	<b>817</b>
23.1. Conceito legal de sentença.....	817
23.2. Classificação das sentenças.....	820
23.2.1. Conteúdo da sentença.....	820
23.2.1.1. Teoria ternária e teoria quinária.....	820
23.2.1.2. Sentença meramente declaratória .....	821
23.2.1.3. Sentença constitutiva .....	824
23.2.1.4. Sentença condenatória .....	825
23.2.1.5. Sentença executiva <i>lato sensu</i> .....	825
23.2.1.6. Sentença mandamental.....	826
23.2.2. Resolução de mérito .....	827
23.2.2.1. Sentenças terminativas (art. 485 do Novo CPC) .....	827
23.2.2.1.1. Indeferimento da petição inicial .....	827
23.2.2.1.2. Processo parado durante mais de um ano por negligência das partes .....	827
23.2.2.1.3. Abandono do processo.....	828
23.2.2.1.4. Ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo.....	830
23.2.2.1.5. Perempção, coisa julgada e litispendência.....	830
23.2.2.1.6. Carência da ação .....	831
23.2.2.1.7. Convenção de arbitragem .....	831
23.2.2.1.8. Desistência da ação.....	832
23.2.2.1.9. Direitos intransmissíveis.....	833
23.2.2.1.10. Repropositura da ação .....	834
23.2.2.2. Sentenças definitivas (art. 487 do Novo CPC).....	836
23.2.2.2.1. Acolhimento ou rejeição do pedido .....	837
23.2.2.2.2. Reconhecimento jurídico do pedido.....	837
23.2.2.2.3. Transação .....	838
23.2.2.2.4. Prescrição e decadência .....	838
23.2.2.2.5. Renúncia.....	838
23.3. Elementos da sentença.....	839
23.3.1. Relatório .....	839
23.3.2. Fundamentação .....	840
23.3.3. Dispositivo.....	841
23.3.4. Comentários gerais a respeito dos elementos da sentença .....	842
23.4. Sentença líquida .....	842
23.5. Princípio da congruência .....	843
23.5.1. Conceito .....	843
23.5.2. Exceções ao princípio da congruência.....	845
23.6. Sentença <i>extra petita</i> .....	846
23.6.1. Conceito .....	846



23.6.2.	Recorribilidade da sentença <i>extra petita</i> .....	847
23.7.	Sentença <i>ultra petita</i> .....	848
23.7.1.	Conceito .....	848
23.7.2.	Recorribilidade da sentença <i>ultra petita</i> .....	848
23.8.	Sentença <i>citra petita (infra petita)</i> .....	849
23.8.1.	Conceito .....	849
23.8.2.	Recorribilidade da sentença <i>citra petita</i> .....	850
23.9.	Situação fática no momento da prolação da sentença .....	853
23.10.	Modificação da sentença pelo juízo sentenciante .....	854
23.11.	Ações que tenham como objeto obrigação de fazer e não fazer .....	854
23.12.	Capítulos de sentença.....	855
<b>24.</b>	<b>LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA.....</b>	<b>857</b>
24.1.	Natureza jurídica da liquidação .....	857
24.2.	Conceito de liquidez e obrigações liquidáveis.....	857
24.3.	Títulos que podem ser objeto de liquidação.....	859
24.4.	Vedação à sentença ilíquida.....	859
24.5.	Liquidação na pendência de recurso recebido no efeito suspensivo .....	860
24.6.	Decisão que julga a liquidação: decisão interlocutória ou sentença?.....	861
24.7.	Natureza da decisão pela qual a liquidação é julgada .....	863
24.8.	Liquidação como forma de frustração da execução .....	864
24.9.	Natureza jurídica da liquidação .....	867
24.10.	Legitimidade ativa .....	868
24.11.	Competência .....	868
24.12.	Regra da fidelidade ao título executivo (art. 509, § 4º, do novo CPC) .....	869
24.13.	Espécies de liquidação.....	870
24.13.1.	Introdução .....	870
24.13.2.	Liquidação por arbitramento .....	871
24.13.2.1.	Cabimento .....	871
24.13.2.2.	Procedimento.....	872
24.13.3.	Liquidação pelo procedimento comum .....	873
<b>25.</b>	<b>COISA JULGADA .....</b>	<b>877</b>
25.1.	Coisa julgada formal e coisa julgada material.....	877
25.2.	Coisa julgada total e parcial.....	878
25.3.	Conceito e natureza jurídica.....	879
25.4.	Função negativa da coisa julgada.....	881
25.5.	Função positiva da coisa julgada .....	882
25.6.	Limites objetivos da coisa julgada.....	884
25.7.	Limites subjetivos da coisa julgada.....	889
25.8.	Eficácia preclusiva da coisa julgada .....	894
25.9.	Coisa julgada nas relações jurídicas de trato continuado .....	895

25.10. Relativização da coisa julgada.....	896
25.10.1. Introdução.....	896
25.10.2. Coisa julgada inconstitucional.....	897
25.10.3. Coisa julgada injusta inconstitucional.....	901
25.11. Coisa julgada <i>secundum eventum probationis</i> .....	906
25.12. Coisa julgada <i>secundum eventum litis</i> .....	910
<b>26. CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO .....</b>	<b>913</b>
26.1. Introdução.....	913
26.2. Consignação extrajudicial.....	913
26.3. Competência.....	915
26.4. Legitimidade.....	916
26.5. Objeto da demanda consignatória.....	917
26.6. Procedimento.....	918
26.7. Complementação do depósito.....	920
26.8. Consignação de prestações sucessivas.....	922
26.9. Ação de consignação fundada na dúvida referente à titularidade do crédito.....	923
26.10. Consignatória de aluguéis e outros encargos locatícios.....	924
<b>27. AÇÃO DE EXIGIR CONTAS .....</b>	<b>927</b>
27.1. Introdução.....	927
27.2. Legitimidade.....	928
27.3. Natureza dúplice.....	929
27.4. Competência.....	930
27.5. Procedimento.....	930
<b>28. AÇÕES POSSESSÓRIAS .....</b>	<b>935</b>
28.1. Proteção possessória.....	935
28.2. Fungibilidade.....	936
28.3. Ação dúplice?.....	937
28.4. Competência.....	938
28.5. Legitimação.....	939
28.6. Exceção de domínio.....	940
28.7. Cumulação de pedidos.....	941
28.8. Procedimento.....	942
28.8.1. Reintegração e manutenção de posse.....	942
28.8.2. Interdito proibitório.....	946
28.8.3. Especialidades procedimentais no litígio coletivo pela posse.....	947
<b>29. DIVISÃO E DEMARCAÇÃO DE TERRAS.....</b>	<b>949</b>
29.1. Introdução.....	949

29.2.	Procedimento da ação de demarcação .....	951
29.3.	Procedimento da ação de divisão.....	952
<b>30.</b>	<b>AÇÃO DE DISSOLUÇÃO PARCIAL DE SOCIEDADE.....</b>	<b>955</b>
30.1.	Introdução.....	955
30.2.	Pretensões veiculáveis.....	956
30.3.	Legitimidade ativa .....	958
30.4.	Legitimidade passiva .....	959
30.5.	Procedimento.....	960
<b>31.</b>	<b>AÇÃO DE INVENTÁRIO E PARTILHA .....</b>	<b>963</b>
31.1.	Introdução.....	963
31.2.	Inventário negativo .....	964
31.3.	Competência e universalidade do foro sucessório .....	965
31.4.	Questões que dependam de prova não documental .....	965
31.5.	Administrador provisório .....	966
31.6.	Inventariante .....	967
31.7.	Arrolamento sumário.....	969
31.8.	Arrolamento comum.....	971
31.9.	Procedimento do inventário.....	972
31.10.	Colaço.....	977
31.11.	Sonegação.....	979
31.12.	Pagamento das dívidas.....	979
31.13.	Herdeiro preterido .....	980
31.14.	Partilha.....	981
<b>32.</b>	<b>EMBARGOS DE TERCEIRO .....</b>	<b>987</b>
32.1.	Conceito.....	987
32.2.	Legitimação .....	988
32.2.1.	Legitimidade ativa – a condição de “terceiro” .....	988
32.2.2.	Legitimação passiva .....	992
32.3.	Competência .....	992
32.4.	Prazo para propositura dos embargos de terceiro.....	994
32.5.	Procedimento.....	995
<b>33.</b>	<b>OPOSIÇÃO .....</b>	<b>999</b>
33.1.	Objeto e natureza jurídica.....	999
33.2.	Procedimento.....	1000
<b>34.</b>	<b>AÇÃO DE HABILITAÇÃO .....</b>	<b>1003</b>
34.1.	Introdução .....	1003
34.2.	Procedimento.....	1004

<b>35. AÇÕES DE FAMÍLIA .....</b>	<b>1007</b>
35.1. Cabimento.....	1007
35.2. Incentivo às formas consensuais do conflito .....	1007
35.3. Audiência de mediação e conciliação .....	1008
35.4. Ministério Público .....	1010
35.5. Depoimento pessoal do incapaz.....	1010
<b>36. AÇÃO MONITÓRIA.....</b>	<b>1011</b>
36.1. Conceito .....	1011
36.2. Natureza jurídica.....	1012
36.3. Admissibilidade .....	1013
36.4. Fazenda Pública e ação monitória.....	1016
36.5. Incapaz e ação monitória .....	1017
36.6. Propositura da monitória .....	1018
36.7. Citação do réu .....	1020
36.8. Posturas do réu.....	1020
36.9. A natureza jurídica do pronunciamento judicial de deferimento do mandado monitório.....	1022
36.10. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como despacho de mero expediente .....	1023
36.11. O pronunciamento que defere o mandado monitório considerado como sentença – ocorrência da coisa julgada material .....	1023
36.12. O pronunciamento concessivo do mandado monitório como decisão interlocutória .....	1025
36.13. O mérito no processo monitório e seu julgamento.....	1026
36.14. Natureza jurídica dos embargos ao mandado monitório.....	1029
36.15. Procedimento dos embargos ao mandado monitório.....	1031
36.16. Fase de cumprimento de sentença.....	1034
<b>37. HOMOLOGAÇÃO DO PENHOR LEGAL .....</b>	<b>1037</b>
37.1. Introdução.....	1037
37.2. Natureza jurídica.....	1038
37.3. Homologação extrajudicial.....	1038
37.4. Penhor legal e autotutela.....	1039
37.5. Procedimento.....	1041
<b>38. REGULAÇÃO DE AVARIA GROSSA .....</b>	<b>1045</b>
38.1. Declaração de abertura de avaria grossa.....	1045
38.2. Oferecimento de garantias.....	1045
38.3. Impugnação à declaração de abertura de avaria grossa .....	1046
38.4. Levantamento de valores para o pagamento das despesas da alienação... ..	1046
38.5. Apresentação de documentos.....	1047
38.6. Apresentação do regulamento de avaria grossa .....	1047

38.7.	Impugnação.....	1047
38.8.	Sentença “homologatória” .....	1048
38.9.	Regulador e perito judicial.....	1048
<b>39.</b>	<b>AÇÃO DE RESTAURAÇÃO DE AUTOS.....</b>	<b>1049</b>
39.1.	Introdução .....	1049
39.2.	Legitimidade.....	1050
39.3.	Competência .....	1050
39.4.	Procedimento.....	1051
<b>40.</b>	<b>FORMAS EXECUTIVAS .....</b>	<b>1053</b>
40.1.	Introdução.....	1053
40.2.	Processo autônomo de execução e fase procedimental executiva.....	1053
40.3.	Execução por sub-rogação (direta) e por coerção (indireta).....	1056
<b>41.</b>	<b>PRINCÍPIOS DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>1061</b>
41.1.	Introdução.....	1061
41.2.	<i>Nulla executio sine titulo</i> .....	1061
41.3.	Patrimonialidade.....	1063
41.4.	Desfecho único.....	1064
41.5.	Disponibilidade da execução .....	1065
41.6.	Utilidade.....	1068
41.7.	Menor onerosidade .....	1068
41.8.	Lealdade e boa-fé processual .....	1070
41.9.	Contraditório .....	1073
41.10.	Atipicidade dos meios executivos.....	1074
<b>42.</b>	<b>SUJEITOS PROCESSUAIS NA EXECUÇÃO .....</b>	<b>1077</b>
42.1.	Introdução.....	1077
42.2.	Diferentes espécies de legitimidade na execução.....	1078
42.2.1.	Polo ativo.....	1078
42.2.2.	Polo passivo.....	1079
42.3.	Legitimação ativa .....	1079
42.3.1.	Credor a quem a lei confere título executivo .....	1079
42.3.2.	Legitimidade do Ministério Público.....	1080
42.3.3.	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores .....	1082
42.3.4.	Legitimidade do cessionário e do sub-rogado.....	1083
42.4.	Legitimidade passiva .....	1084
42.4.1.	Sujeito que figura no título como devedor.....	1084
42.4.2.	Legitimidade passiva do espólio, herdeiros e sucessores.....	1084
42.4.3.	Novo devedor .....	1084
42.4.4.	Fiador.....	1085

42.4.5.	Responsável titular do bem vinculado por garantia real ao pagamento do débito .....	1087
42.4.6.	Responsável tributário.....	1088
42.4.7.	Legitimidade do responsável secundário .....	1089
42.5.	Intervenção de terceiros na execução.....	1091
42.5.1.	Intervenções típicas.....	1091
42.5.2.	Intervenções atípicas .....	1093
<b>43.</b>	<b>COMPETÊNCIA DA EXECUÇÃO .....</b>	<b>1095</b>
43.1.	Competência do cumprimento de sentença (título executivo judicial).....	1095
43.1.1.	Introdução .....	1095
43.1.2.	Competência executiva dos tribunais .....	1095
43.1.3.	Competência do juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição.....	1096
43.1.3.1.	Exceções à regra do art. 516, II, do Novo CPC .....	1098
43.1.3.2.	Trâmite dos autos entre diferentes juízos.....	1099
43.1.3.3.	A regra do art. 516, parágrafo único, do Novo CPC e a <i>perpetuatio jurisdictionis</i> .....	1100
43.1.4.	Competência para o cumprimento de sentença arbitral, penal condenatória, decisão homologatória de sentença estrangeira e acórdão proferido pelo Tribunal Marítimo .....	1102
43.2.	Competência do processo de execução (título executivo extrajudicial) .....	1103
<b>44.</b>	<b>TÍTULO EXECUTIVO .....</b>	<b>1105</b>
44.1.	Introdução .....	1105
44.2.	Requisitos formais da obrigação exequenda .....	1107
44.3.	Títulos executivos judiciais.....	1108
44.3.1.	Sentença proferida no processo civil que reconheça a exigibilidade de uma obrigação de pagar quantia, de fazer, de não fazer ou de entregar coisa .....	1108
44.3.2.	Decisão homologatória de autocomposição judicial.....	1113
44.3.3.	Decisão homologatória de autocomposição extrajudicial de qualquer natureza.....	1114
44.3.4.	Formal e certidão de partilha .....	1115
44.3.5.	Crédito de auxiliar da justiça quando as custas, emolumentos ou honorários forem aprovados por decisão judicial.....	1115
44.3.6.	Sentença penal condenatória transitada em julgado.....	1116
44.3.7.	Sentença arbitral.....	1119
44.3.8.	Sentença estrangeira homologada pelo Superior Tribunal de Justiça.....	1120
44.3.9.	Decisão interlocutória estrangeira, após a concessão do <i>exequatur</i> à carta rogatória pelo Superior Tribunal de Justiça .....	1121
44.4.	Títulos executivos extrajudiciais.....	1122
44.4.1.	Introdução .....	1122

44.4.2.	Letra de câmbio, nota promissória, duplicata, debênture e cheque .....	1122
44.4.3.	Escritura pública ou outro documento público assinado pelo devedor .....	1123
44.4.4.	Documento particular assinado pelo devedor e por duas testemunhas.....	1124
44.4.5.	Instrumento de transação referendado pelo Ministério Público, pela Defensoria Pública, pela Advocacia Pública, pelos advogados dos transatores ou por conciliador ou mediador credenciado pelo tribunal .....	1125
44.4.6.	Contrato garantido por hipoteca, penhor, anticrese ou outro direito real de garantia e aquele garantido por caução .....	1126
44.4.7.	Contrato de seguro de vida em caso de morte .....	1126
44.4.8.	Crédito decorrente de foro e laudêmio.....	1127
44.4.9.	Crédito, documentalmente comprovado, decorrente de aluguel de imóvel, bem como de encargos acessórios, tais como taxas e despesas de condomínio .....	1128
44.4.10.	Certidão de dívida ativa da fazenda pública da União, Estado, Distrito Federal, território e município, correspondente aos créditos inscritos na forma da lei.....	1128
44.4.11.	Crédito referente às contribuições ordinárias ou extraordinárias de condomínio edilício, previstas em convenção de condomínio ou aprovadas em assembleia-geral, desde que documentalmente comprovadas.....	1129
44.4.12.	Certidão expedida por serventia notarial ou de registro relativa a valores de emolumentos e demais despesas devidas pelos atos por ela praticados, fixados nas tabelas estabelecidas em lei .....	1130
44.4.13.	Todos os demais títulos, aos quais, por disposição expressa, a lei atribuir força executiva .....	1130
<b>45.</b>	<b>RESPONSABILIDADE PATRIMONIAL .....</b>	<b>1131</b>
45.1.	Obrigação e responsabilidade patrimonial .....	1131
45.2.	Inexistência de responsabilidade pessoal.....	1132
45.3.	Bens que respondem pela satisfação na execução .....	1133
45.4.	Impenhorabilidade de bens.....	1134
45.4.1.	Patrimônio mínimo e dignidade humana .....	1134
45.4.2.	As hipóteses específicas de impenhorabilidade no direito brasileiro.....	1135
45.4.2.1.	Bens inalienáveis e os declarados, por ato voluntário, não sujeitos à execução (art. 833, I, do Novo CPC).....	1136
45.4.2.2.	Móveis, pertences e utilidades domésticas (art. 833, II, do Novo CPC) .....	1137
45.4.2.3.	Vestuários e pertencentes de uso pessoal (art. 833, III, do Novo CPC) .....	1138
45.4.2.4.	Ganhos aptos a manter a subsistência do executado (art. 833, IV, do Novo CPC) .....	1139

45.4.2.5.	Bens necessários ou úteis ao exercício profissional (art. 833, V, do Novo CPC).....	1144
45.4.2.6.	Seguro de vida (art. 833, VI, do Novo CPC).....	1146
45.4.2.7.	Materiais necessários para obras em andamento (art. 833, VII, do Novo CPC).....	1147
45.4.2.8.	Pequena propriedade rural trabalhada pela família (art. 833, VIII, do Novo CPC).....	1147
45.4.2.9.	Recursos públicos ligados à aplicação compulsória em educação, saúde e assistência social (art. 833, IX, do Novo CPC).....	1148
45.4.2.10.	Valores depositados em caderneta de poupança (art. 833, X, do Novo CPC).....	1149
45.4.2.11.	Recursos públicos do fundo partidário recebidos, nos termos da lei, por partido político (art. 833, XI, do Novo CPC).....	1150
45.4.2.12.	Créditos oriundos de alienação de unidades imobiliárias, sob regime de incorporação imobiliária, vinculados à execução da obra (art. 833, XII, do Novo CPC).....	1150
45.5.	Responsabilidade patrimonial de imóvel submetido ao regime do direito de superfície.....	1151
45.6.	Responsabilidade patrimonial secundária.....	1151
45.6.1.	Bens do sucessor a título singular.....	1152
45.6.2.	Bens do sócio, nos termos da lei.....	1153
45.6.3.	Bens do devedor, ainda que em poder de terceiros.....	1154
45.6.4.	Bens do cônjuge e do companheiro, nos casos em que os seus bens próprios, reservados ou de sua meação, respondem pela dívida....	1154
45.6.5.	Bens alienados ou gravados com ônus real em fraude de execução.....	1158
45.6.6.	Bens cuja alienação ou gravação com ônus real tenha sido anulada em razão do reconhecimento, em ação autônoma, de fraude contra credores.....	1159
45.6.7.	Bens do responsável, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica.....	1159
45.7.	Fraudes do devedor.....	1160
45.7.1.	Fraude contra credores.....	1161
45.7.2.	Fraude à execução.....	1163
<b>46.</b>	<b>CUMPRIMENTO PROVISÓRIO DE SENTENÇA.....</b>	<b>1171</b>
46.1.	Conceito.....	1171
46.2.	Caução na execução provisória.....	1172
46.2.1.	Função.....	1172
46.2.2.	Natureza jurídica.....	1173
46.2.3.	Requisitos formais.....	1174
46.2.4.	Momento de prestação da caução.....	1174
46.2.5.	Atuação de ofício?.....	1175



46.3.	Dispensa da caução .....	1176
46.4.	Responsabilidade objetiva do exequente.....	1178
46.5.	Formalização dos autos da execução provisória .....	1179
46.6.	Cabimento de multa pelo não pagamento .....	1181
46.7.	Execução provisória contra a Fazenda Pública.....	1182
46.8.	Honorários advocatícios .....	1183
<b>47.</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER.....</b>	<b>1185</b>
47.1.	Introdução.....	1185
47.2.	Aspectos procedimentais.....	1186
47.3.	Tutela específica e conversão em perdas e danos .....	1187
47.3.1.	Vontade do exequente .....	1187
47.3.2.	Impossibilidade de obtenção da tutela específica ou resultado prático equivalente.....	1189
47.3.3.	Onerosidade excessiva .....	1189
47.3.4.	Procedimento da conversão em perdas e danos.....	1190
47.4.	Atipicidade das formas executivas.....	1190
47.4.1.	Prisão civil.....	1191
47.5.	Multa coercitiva.....	1193
47.5.1.	Introdução.....	1193
47.5.2.	Valor da multa .....	1194
47.5.3.	Beneficiado pela multa.....	1195
47.5.4.	Fazenda Pública em juízo .....	1195
47.5.5.	Alteração do valor e periodicidade da multa .....	1196
47.5.6.	Exigibilidade da multa .....	1199
47.5.7.	Termo inicial da multa e intimação do devedor.....	1202
<b>48.</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA.....</b>	<b>1203</b>
48.1.	Introdução.....	1203
48.2.	Aspectos procedimentais.....	1204
<b>49.</b>	<b>CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE RECONHECE A EXIGIBILIDADE DE OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA .....</b>	<b>1205</b>
49.1.	Introdução.....	1205
49.2.	Necessidade de provocação do credor na instauração da fase de cumprimento de sentença .....	1205
49.3.	Requerimento inicial.....	1206
49.4.	Aparente excesso dos cálculos.....	1208
49.5.	Intimação do executado .....	1209
49.6.	Cumprimento da obrigação .....	1211
49.7.	Não pagamento no prazo de 15 dias .....	1211

49.7.1.	Introdução.....	1211
49.7.2.	Fixação de honorários advocatícios.....	1212
49.7.3.	Aplicação de multa de 10% sobre o valor exequendo.....	1213
49.7.4.	Protesto extrajudicial da sentença.....	1215
49.7.5.	Inclusão do nome do executado em cadastros de inadimplentes..	1215
49.7.6.	Expedição do mandado de penhora e avaliação.....	1215
49.7.7.	Termo inicial da contagem de prazo para impugnação.....	1216
<b>50.</b>	<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER E NÃO FAZER .....</b>	<b>1217</b>
50.1.	Introdução.....	1217
50.2.	Execução das obrigações de fazer.....	1218
50.3.	Execução das obrigações de não fazer.....	1222
<b>51.</b>	<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR COISA .....</b>	<b>1225</b>
51.1.	Execução de entrega de coisa certa.....	1225
51.2.	Execução de entrega de coisa incerta.....	1228
<b>52.</b>	<b>PROCESSO DE EXECUÇÃO DA OBRIGAÇÃO DE PAGAR QUANTIA CERTA .....</b>	<b>1231</b>
52.1.	Início do processo de execução.....	1231
52.1.1.	Petição inicial.....	1231
52.1.2.	Averbação da execução.....	1236
52.1.3.	Pronunciamento que determina a citação do executado.....	1239
52.1.4.	Não localização do executado e de seus bens.....	1241
52.1.5.	Arresto executivo.....	1241
52.1.6.	Posturas do executado citado.....	1242
52.2.	Pagamento parcelado.....	1244
52.2.1.	Introdução.....	1244
52.2.2.	Pagamento parcelado: moratória legal?.....	1245
52.2.3.	Requisitos formais.....	1247
52.2.4.	Procedimento.....	1248
52.2.5.	Inadimplemento das parcelas.....	1249
52.3.	Penhora.....	1249
52.3.1.	Definição e efeitos.....	1249
52.3.2.	Ordem legal da penhora.....	1252
52.3.3.	Da documentação da penhora, de seu registro e do depósito.....	1255
52.3.3.1.	Depósito do bem penhorado.....	1255
52.3.3.2.	Intimação da penhora.....	1255
52.3.4.	Do lugar de realização da penhora.....	1256
52.3.5.	Penhora de dinheiro pelo sistema BacenJud (on-line).....	1257
52.3.6.	Penhora de percentual do faturamento de empresa devedora.....	1263
52.3.7.	Procedimento da penhora.....	1265
52.3.8.	Substituição do bem penhorado.....	1267

52.3.9. Penhoras especiais.....	1269
52.4. Avaliação.....	1275
52.5. Formas de expropriação.....	1279
52.5.1. Introdução.....	1279
52.5.2. Adjudicação.....	1279
52.5.2.1. Introdução.....	1279
52.5.2.2. Novo sistema de adjudicação.....	1280
52.5.2.3. Momento da adjudicação.....	1280
52.5.2.4. Intimação do executado.....	1282
52.5.2.5. Valor da adjudicação.....	1282
52.5.2.6. Legitimados a adjudicar.....	1283
52.5.2.7. Concurso de pretendentes à adjudicação.....	1284
52.5.2.8. Forma de escolha do sujeito quando houver pluralidade de pretendentes a adjudicar.....	1285
52.5.2.9. Auto de adjudicação.....	1287
52.5.2.10. Adjudicação provisória.....	1287
52.6. Alienação por iniciativa particular.....	1288
52.6.1. Introdução.....	1288
52.6.2. Alienação pelo exequente e a necessidade de seu pedido.....	1288
52.6.3. Alienação por corretor ou leiloeiro público credenciado perante a autoridade judiciária.....	1289
52.6.4. Requisitos para a alienação.....	1290
52.7. Arrematação.....	1292
52.7.1. Introdução.....	1292
52.7.2. Requisitos formais do leilão judicial.....	1293
52.7.3. Publicidade do edital.....	1295
52.7.4. Comunicações do leilão judicial.....	1296
52.7.5. Realização do leilão judicial.....	1299
52.7.6. Leilão judicial por meio eletrônico.....	1300
52.7.7. Legitimados a arrematar.....	1300
52.7.8. Procedimento do leilão judicial.....	1302
52.7.9. Arrematação viciada.....	1306
52.7.10. Alienação antecipada.....	1308
52.8. Entrega de dinheiro ao credor.....	1309
<b>53. EXECUÇÕES ESPECIAIS.....</b>	<b>1313</b>
53.1. Execução de prestação alimentícia.....	1313
53.1.1. Introdução.....	1313
53.1.2. Forma executiva.....	1315
53.1.2.1.1. Introdução.....	1315
53.1.2.1. Procedimento.....	1316
53.1.2.1.1. Introdução.....	1316

53.1.2.1.2.	Diferentes procedimentos.....	1317
53.1.2.1.3.	Execução por sub-rogação.....	1318
53.1.2.1.4.	Execução indireta – Protesto.....	1319
53.1.2.1.5.	Execução indireta – Prisão civil.....	1320
53.2.	Execução contra a fazenda pública.....	1325
53.2.1.	Introdução.....	1325
53.2.2.	Forma executiva.....	1327
53.2.3.	Procedimento.....	1327
53.2.3.1.	Cumprimento de sentença.....	1327
53.2.3.2.	Processo de execução.....	1329
53.2.4.	Regime dos precatórios.....	1330
53.2.5.	Compensação em favor da Fazenda Pública.....	1332
53.2.6.	Emenda Constitucional 62/2009 (A EC do Calote).....	1333
53.2.7.	Dispensa de precatório.....	1335
53.2.8.	Preterição no pagamento.....	1336
<b>54.</b>	<b>DEFESAS DO EXECUTADO.....</b>	<b>1339</b>
54.1.	Introdução.....	1339
54.2.	Embargos à execução.....	1339
54.2.1.	Natureza jurídica dos embargos.....	1339
54.2.2.	Garantia do juízo.....	1340
54.2.3.	Prazo dos embargos.....	1341
54.2.4.	Competência.....	1343
54.2.5.	Rejeição liminar dos embargos.....	1344
54.2.5.1.	Intempestividade dos embargos.....	1345
54.2.5.2.	Indeferimento da petição inicial.....	1346
54.2.5.3.	Julgamento liminar de improcedência.....	1347
54.2.5.4.	Embargos manifestamente protelatórios.....	1347
54.2.6.	Efeito suspensivo.....	1349
54.2.6.1.	Requisitos.....	1349
54.2.6.2.	Ausência de preclusão judicial.....	1352
54.2.6.3.	Limitação objetiva e subjetiva do efeito suspensivo.....	1353
54.2.6.4.	Suspensão parcial do processo.....	1354
54.2.7.	Procedimento dos embargos à execução.....	1354
54.2.7.1.	Início do procedimento.....	1354
54.2.7.2.	Revelia.....	1356
54.2.7.3.	Outras reações.....	1357
54.2.7.4.	Decisão dos embargos.....	1358
54.2.7.5.	Matérias que podem ser objeto de embargos à execução.....	1360
55.2.7.5.1.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.....	1360
55.2.7.5.2.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1361

54.2.75.3.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	1362
54.2.75.4.	Retenção por benfeitorias necessárias ou úteis, nos casos de entrega de coisa certa .....	1365
54.2.75.5.	Incompetência absoluta ou relativa .....	1366
54.3.	Impugnação.....	1366
54.3.1.	Natureza jurídica.....	1366
54.3.2.	Matérias alegáveis em sede de impugnação .....	1367
54.3.2.1.	Falta ou nulidade da citação, se o processo correr à revelia.....	1368
54.3.2.2.	Ilegitimidade de parte.....	1368
54.3.2.3.	Inexequibilidade do título ou inexigibilidade da obrigação .....	1369
54.3.2.4.	Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1370
54.3.2.5.	Excesso de execução ou cumulação indevida de execuções .....	1370
54.3.2.6.	Incompetência absoluta ou relativa do juízo da execução. ....	1370
54.3.2.7.	Causa impeditiva, modificativa ou extintiva da obrigação, desde que superveniente à sentença.....	1370
54.3.3.	Procedimento.....	1371
54.4.	Exceção e objeção de pré-executividade .....	1374
54.4.1.	Análise histórica.....	1374
54.4.2.	Problemas de terminologia.....	1374
54.4.3.	Defesa executiva atípica.....	1375
54.4.4.	Requisitos para a admissão da exceção de pré-executividade e objeção .....	1376
54.4.5.	Julgamento da exceção e objeção de pré-executividade .....	1378
54.4.6.	Sobrevivência da exceção e da objeção de pré-executividade.....	1379
<b>55.</b>	<b>SUSPENSÃO E EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO.....</b>	<b>1383</b>
55.1	Introdução .....	1383
55.2	Suspensão da execução .....	1383
55.2.1.	Causas gerais de suspensão.....	1383
55.2.2.	Defesa típica do executado .....	1385
55.2.3.	Não localização de bens e prescrição intercorrente .....	1385
55.2.4.	Ausência de interessados na aquisição do bem penhorado.....	1387
55.2.5.	Moratória legal .....	1388
55.3	Extinção da execução.....	1388
<b>56.</b>	<b>PRECEDENTES JUDICIAIS.....</b>	<b>1389</b>
56.1.	Precedente, decisão, jurisprudência e súmula.....	1389
56.2.	Jurisprudência estável, íntegra e coerente.....	1392
56.2.1.	Introdução .....	1392
56.2.2.	Dever de uniformização da jurisprudência .....	1392

56.2.3.	Jurisprudência estável.....	1394
56.2.4.	Jurisprudência íntegra.....	1394
56.2.5.	Jurisprudência coerente.....	1395
56.3.	(In)constitucionalidade do art. 927 do novo CPC.....	1395
56.4.	Eficácia vinculante.....	1396
56.4.1.	Introdução.....	1396
56.4.2.	Controle concentrado de constitucionalidade.....	1398
56.4.3.	Enunciados de Súmulas Vinculantes.....	1400
56.4.4.	Precedentes criados em julgamento de casos repetitivos e no incidente de assunção de competência.....	1400
56.4.5.	Enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.....	1401
56.4.6.	Orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.....	1401
56.4.7.	Eficácia <i>ex tunc</i> ou <i>ex nunc</i> da novidade legislativa.....	1401
56.4.8.	Cabimento de reclamação constitucional.....	1402
56.5.	Precedente brasileiro e <i>precedents</i> na tradição da <i>common law</i> .....	1404
56.6.	<i>Ratio decidendi</i> e <i>obiter dicta</i> .....	1405
56.7.	Fundamentação.....	1407
56.8.	Divulgação.....	1408
56.9.	Distinção ( <i>distinguishing</i> ).....	1408
56.10.	Superação da tese jurídica ( <i>overruling</i> ).....	1410
56.10.1.	Introdução.....	1410
56.10.2.	Motivos para superação.....	1410
56.10.3.	Fundamentação da decisão de superação.....	1412
56.10.4.	Modulação dos efeitos da superação.....	1412
56.10.5.	Procedimento.....	1414
<b>57.</b>	<b>ORDEM DOS PROCESSOS E RECURSOS NO TRIBUNAL.....</b>	<b>1417</b>
57.1.	Distribuição.....	1417
57.2.	Prevenção.....	1418
57.3.	Poderes do relator.....	1419
57.3.1.	Introdução.....	1419
57.3.2.	Direção do processo.....	1420
57.3.3.	Tutela provisória.....	1421
57.3.4.	Inadmissibilidade recursal.....	1421
57.3.5.	Decisão monocrática que nega provimento.....	1421
57.3.6.	Decisão monocrática que dá provimento.....	1422
57.3.7.	Vedação de julgamento monocrático do recurso.....	1423
57.3.8.	Julgamento monocrático do reexame necessário e dos processos de competência originária.....	1424

57.3.9. Demais incumbências.....	1424
57.3.10. Oportunidade de saneamento de vícios.....	1424
57.4. Fato superveniente.....	1425
57.5. Ordem no julgamento.....	1426
57.6. Sustentação oral.....	1426
57.7. Matérias conhecíveis de ofício.....	1429
57.8. Formalidades do acórdão.....	1429
57.9. Julgamento virtual.....	1430
57.10. Técnica de julgamento substitutiva dos embargos infringentes.....	1430
57.11. Saneamento de vício.....	1433
<b>58. INCIDENTE DE ASSUNÇÃO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>1435</b>
58.1. Cabimento.....	1435
58.2. Procedimento.....	1438
58.3. O que afinal é julgado quando o incidente de assunção de competência é admitido?.....	1439
<b>59. DO INCIDENTE DE ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>1443</b>
59.1. Controle de constitucionalidade.....	1443
59.2. Legitimidade ativa e momento de suscitação.....	1444
59.3. Instauração do incidente.....	1444
59.4. Rejeição e admissão do incidente pelo órgão fracionário.....	1445
59.5. Não cabimento do incidente.....	1446
59.6. Procedimento perante o plenário ou órgão especial.....	1447
59.7. Julgamento.....	1447
<b>60. CONFLITO DE COMPETÊNCIA.....</b>	<b>1449</b>
60.1. Conceito.....	1449
60.2. Legitimidade.....	1450
60.3. Competência para o julgamento do conflito.....	1451
60.4. Procedimento.....	1452
<b>61. HOMOLOGAÇÃO DE DECISÃO ESTRANGEIRA E DA CONCESSÃO DO EXE- QUATUR À CARTA ROGATÓRIA.....</b>	<b>1455</b>
61.1. Introdução.....	1455
61.2. Ação constitutiva necessária?.....	1455
61.3. Forma processual de homologação.....	1456
61.4. Decisão interlocutória estrangeira.....	1457
61.5. Homologação de sentença arbitral.....	1457
61.6. Eficácia em território nacional.....	1457
61.7. Decisão estrangeira não judicial.....	1458
61.8. Homologação parcial.....	1458
61.9. Tutela de urgência.....	1458

61.10.	Execução fiscal.....	1459
61.11.	Decisão estrangeira de divórcio consensual.....	1459
61.12.	Decisão estrangeira concessiva de medida de urgência.....	1460
61.13.	Tutela da evidência .....	1460
61.14.	Requisitos indispensáveis para a homologação da decisão .....	1461
61.15.	Competência exclusiva da autoridade judiciária brasileira.....	1462
61.16.	Competência para a execução .....	1462
<b>62.</b>	<b>AÇÃO RESCISÓRIA .....</b>	<b>1463</b>
62.1.	Natureza jurídica.....	1463
62.2.	Conceito de rescindibilidade.....	1464
62.3.	Objeto da rescisão .....	1464
62.3.1.	Decisão de mérito.....	1464
62.3.2.	Decisão que não é de mérito .....	1466
62.4.	Hipóteses de cabimento .....	1468
62.4.1.	Prevaricação, concussão, corrupção passiva do juiz.....	1468
62.4.2.	Impedimento do juiz e incompetência absoluta do juízo.....	1469
62.4.3.	Dolo ou coação da parte vencedora e simulação ou colusão entre as partes para fraudar a lei.....	1469
62.4.4.	Ofensa à coisa julgada.....	1470
62.4.5.	Violação manifesta de norma jurídica.....	1471
62.4.6.	Prova falsa .....	1473
62.4.7.	Obtenção de documento novo.....	1475
62.4.8.	Erro de fato.....	1477
62.5.	Fundamento para invalidar sentença homologatória de mérito.....	1478
62.6.	Legitimidade.....	1478
62.7.	Competência .....	1482
62.8.	Prazo .....	1483
62.8.1.	Prazo e termo inicial gerais.....	1483
62.8.2.	Termos iniciais diferenciados.....	1486
62.9.	Ação rescisória e cumprimento executivo do julgado.....	1487
62.10.	Procedimento.....	1488
62.10.1.	Petição inicial .....	1488
62.10.2.	Reações do juiz diante da petição inicial .....	1490
62.10.3.	Resposta do réu .....	1491
62.10.4.	Atividade saneadora .....	1491
62.10.5.	Fase probatória.....	1492
62.10.6.	Manifestações finais .....	1493
62.10.7.	Julgamento .....	1493
<b>63.</b>	<b>INCIDENTE DE RESOLUÇÃO DE DEMANDAS REPETITIVAS.....</b>	<b>1495</b>
63.1.	Cabimento.....	1495



63.2	Legitimidade para requerer a instauração do incidente .....	1498
63.3.	Competência .....	1500
63.4.	Divulgação .....	1502
63.5.	Sujeitos com legitimidade para participar do incidente .....	1503
63.6.	Instauração.....	1504
63.7.	Admissão do incidente .....	1504
63.8.	Poderes do relator .....	1508
63.9.	Julgamento e seus efeitos.....	1510
63.10.	Julgamento do IRDR e do recurso, reexame necessário e ação de competência originária do tribunal.....	1512
63.11.	Juizados Especiais .....	1513
63.12.	Desistência ou abandono do processo.....	1514
63.13.	Recursos .....	1515
<b>64.</b>	<b>RECLAMAÇÃO CONSTITUCIONAL.....</b>	<b>1521</b>
64.1.	Natureza jurídica.....	1521
64.2.	Cabimento.....	1524
64.2.1.	Forma de preservação da competência do tribunal.....	1524
64.2.2.	Forma de garantir a autoridade da decisão do tribunal.....	1525
64.2.3.	Garantir a observância de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade .....	1528
64.2.4.	Forma de garantir a observância de súmula vinculante.....	1529
64.2.5.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidente de Assunção de Competência .....	1531
64.2.6.	Forma de garantir a observância de precedente proferido em repercussão geral e recurso excepcional repetitivo .....	1532
64.3.	Procedimento.....	1532
64.3.1.	Introdução.....	1532
64.3.2.	Petição inicial.....	1533
64.3.3.	Prazo .....	1535
64.3.4.	Posturas do relator ao receber a reclamação constitucional.....	1537
64.3.5.	Reações dos interessados.....	1538
64.3.6.	Julgamento .....	1539
<b>65.</b>	<b>CONCEITO DE RECURSOS E SUCEDÂNEOS RECURSAIS .....</b>	<b>1541</b>
65.1.	Introdução.....	1541
65.1.1.	Sucedâneos recursais internos.....	1543
65.1.1.1.	Reexame necessário .....	1543
65.1.1.2.	Correição parcial .....	1547
65.1.1.3.	Pedido de reconsideração .....	1548
65.1.1.4.	Impugnação e embargos à execução.....	1549

65.1.2. Sucedâneos recursais externos (ações autônomas de impugnação).....	1549
65.1.2.1. Generalidades.....	1549
65.1.2.2. Mandado de segurança contra ato judicial .....	1550
<b>66. CLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS .....</b>	<b>1555</b>
66.1. Introdução.....	1555
66.2. Objeto imediato do recurso .....	1555
66.3. Fundamentação recursal (causa de pedir).....	1556
66.4. Abrangência da matéria impugnada.....	1557
66.5. Independência ou subordinação.....	1558
<b>67. EFEITOS RECURSAIS .....</b>	<b>1563</b>
67.1. Introdução.....	1563
67.2. Efeito obstativo .....	1563
67.3. Efeito devolutivo.....	1564
67.4. Efeito suspensivo.....	1567
67.5. Efeito translativo.....	1572
67.6. Efeito expansivo.....	1575
67.7. Efeito substitutivo .....	1577
67.8. Efeito regressivo .....	1577
67.9. Efeito diferido .....	1578
<b>68. PRINCÍPIOS RECURSAIS .....</b>	<b>1579</b>
68.1. Duplo grau de jurisdição .....	1579
68.1.1. Conceito .....	1579
68.1.2. Vantagens do duplo grau de jurisdição .....	1581
68.1.3. Desvantagens do duplo grau de jurisdição.....	1581
68.1.4. O princípio do duplo grau de jurisdição é princípio constitucional? .....	1582
68.2. Taxatividade (legalidade) .....	1584
68.3. Singularidade (unirrecorribilidade ou unicidade).....	1585
68.4. Voluntariedade .....	1589
68.5. Dialeiticidade .....	1590
68.6. Fungibilidade .....	1591
68.6.1. Dúvida fundada a respeito do recurso cabível .....	1593
68.6.2. Inexistência de erro grosseiro.....	1594
68.6.3. Inexistência de má-fé – Teoria do prazo menor .....	1595
68.7. Proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	1596
68.8. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias.....	1598
68.9. Complementaridade .....	1599
68.10. Consumação.....	1600

68.11. Primazia do julgamento do mérito recursal .....	1601
<b>69. JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE .....</b>	<b>1605</b>
69.1. Introdução .....	1605
69.2. Pressupostos intrínsecos de admissibilidade recursal .....	1607
69.2.1. Cabimento .....	1607
69.2.2. Legitimidade recursal .....	1609
69.2.2.1. Partes .....	1609
69.2.2.2. Terceiro prejudicado .....	1611
69.2.2.3. Ministério Público .....	1612
69.2.3. Interesse recursal .....	1613
69.2.3.1. Necessidade .....	1613
69.2.3.2. Adequação .....	1619
69.2.4. Inexistência de ato impeditivo ou extintivo do direito de recorrer	1620
69.2.4.1. Desistência .....	1620
69.2.4.2. Renúncia .....	1622
69.2.4.3. Aquiescência .....	1623
69.3. Pressupostos extrínsecos de admissibilidade recursal .....	1624
69.3.1. Tempestividade .....	1624
69.3.2. Preparo .....	1629
69.3.3. Regularidade formal .....	1633
<b>70. JUÍZO DE MÉRITO .....</b>	<b>1637</b>
70.1. Introdução .....	1637
70.2. Causa de pedir: <i>error in procedendo e error in iudicando</i> .....	1637
70.3. Pedido .....	1638
70.4. Esclarecimento e integração .....	1639
<b>71. APELAÇÃO .....</b>	<b>1641</b>
71.1. Cabimento .....	1641
71.2. Objeto da impugnação .....	1642
71.2. Procedimento .....	1646
71.2.1. Introdução .....	1646
71.2.2. Procedimento no 1.º grau de jurisdição .....	1648
71.2.3. Procedimento no tribunal de segundo grau .....	1649
71.3. Novas questões de fato .....	1650
71.4. Julgamento imediato do mérito da ação pelo tribunal no julgamento da apelação .....	1652
71.4.1. Introdução .....	1652
71.4.2. Teoria da causa madura .....	1652
71.4.3. Hipóteses de novo julgamento do mérito da ação pelo tribunal...	1655

<b>72. AGRAVO.....</b>	<b>1657</b>
72.1. Introdução.....	1657
72.2. Agravo de instrumento .....	1658
72.2.1. Cabimento .....	1658
72.2.2. Instrução do agravo de instrumento – peças processuais .....	1668
72.2.2.1. Peças obrigatórias.....	1670
72.2.2.2. Peças facultativas.....	1671
72.2.2.3. Peças essenciais .....	1672
72.2.3. Informação da interposição do agravo perante o primeiro grau.....	1673
72.2.4. Procedimento.....	1675
72.2.4.1. Propositura.....	1675
72.2.4.2. Distribuição .....	1676
72.2.4.3. Negativa de seguimento liminar .....	1676
72.2.4.4. Tutela de urgência .....	1677
72.2.4.5. Intimação do agravo para a apresentação de contrarrazões .....	1679
72.2.4.6. Oitiva do Ministério Público .....	1681
72.2.4.7. Julgamento do agravo .....	1681
72.2.4.8. Agravo de instrumento pendente de julgamento e prolação de sentença .....	1681
72.3. Agravos contra decisões interlocutórias de segundo grau.....	1685
72.3.1. Agravo interno.....	1685
72.3.1.1. Cabimento.....	1685
72.3.1.2. Procedimento.....	1686
72.3.2. Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	1691
<b>73. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO.....</b>	<b>1695</b>
73.1. Natureza jurídica.....	1695
73.2. Cabimento.....	1696
73.2.1. Pronunciamentos recorríveis .....	1697
73.2.2. Vícios que legitimam o ingresso dos embargos de declaração.....	1698
73.3. Procedimento.....	1701
73.4. Efeito interruptivo dos embargos de declaração .....	1703
73.4.1. Embargos de declaração intempestivos .....	1704
73.4.2. Reiteração abusiva de embargos de declaração manifestamente protelatórios .....	1704
73.5. Embargos de declaração – intempestividade <i>ante tempus</i> .....	1705
73.6. Manifesto caráter protelatório .....	1706
73.7. Embargos de declaração atípicos.....	1708
73.7.1. Embargos de declaração com efeito modificativo.....	1709
73.7.2. Embargos de declaração com efeitos infringentes.....	1709

<b>74. RECURSO ORDINÁRIO CONSTITUCIONAL .....</b>	<b>1711</b>
74.1. Introdução.....	1711
74.2. Cabimento.....	1713
74.2.1. Processos internacionais .....	1713
74.2.2. Recurso ordinário em mandado de segurança .....	1714
74.2.3. Recurso ordinário em <i>habeas data</i> e mandado de injunção .....	1715
<b>75. RECURSO ESPECIAL .....</b>	<b>1717</b>
75.1. Hipóteses de cabimento .....	1717
75.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1717
75.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1717
75.1.1.2. Decisão proferida por tribunal.....	1718
75.1.1.3. Prequestionamento .....	1721
75.1.2. Pressupostos alternativos.....	1722
75.1.2.1. Decisão que contrariar ou negar vigência a tratado ou lei federal .....	1722
75.1.2.2. Decisão que julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal.....	1724
75.1.2.3. Decisão que der a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal.....	1724
<b>76. RECURSO EXTRAORDINÁRIO .....</b>	<b>1727</b>
76.1. Hipóteses de cabimento .....	1727
76.1.1. Pressupostos cumulativos.....	1727
76.1.1.1. Decisão de única ou última instância.....	1727
76.1.1.2. Prequestionamento .....	1728
76.1.1.3. Repercussão geral .....	1730
76.1.2. Requisitos específicos.....	1737
76.1.2.1. Decisão que contrariar dispositivo constitucional.....	1737
76.1.2.2. Decisão que declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal.....	1739
76.1.2.3. Decisão que julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal.....	1739
76.1.2.4. Decisão que julgar válida lei de governo local contestado em face de lei federal.....	1740
<b>77. ASPECTOS PROCEDIMENTAIS COMUNS AOS RECURSOS EXTRAORDINÁRIO E ESPECIAL.....</b>	<b>1741</b>
77.1. Procedimento.....	1741
77.2. Confusão entre o juízo de admissibilidade e mérito.....	1746
77.3. Efeitos dos recursos federais .....	1748
77.3.1. Efeito devolutivo.....	1748
77.3.2. Efeito suspensivo.....	1750

77.4.	Julgamento por amostragem.....	1751
77.4.1.	Cabimento.....	1751
77.4.2.	Instauração.....	1752
77.4.3.	Suspensão dos processos que versem sobre a mesma controvérsia jurídica.....	1754
77.4.4.	Procedimento.....	1757
77.4.5.	Eficácia <i>ultra partes</i> e vinculante do julgamento.....	1759
<b>78.</b>	<b>EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA.....</b>	<b>1763</b>
78.1.	Introdução.....	1763
78.2.	Cabimento.....	1763
78.2.1.	Acórdão embargado.....	1766
78.2.2.	Acórdão paradigma.....	1767
78.3.	Procedimento.....	1767
<b>79.</b>	<b>LIVRO COMPLEMENTAR DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS ....</b>	<b>1769</b>
79.1.	<i>Vacatio legis</i> .....	1769
79.2.	Aplicação imediata.....	1770
79.3.	Procedimento sumário e procedimentos especiais.....	1770
79.4.	Direito probatório.....	1771
79.5.	Direito de preferência.....	1772
79.6.	Procedimento comum.....	1773
79.7.	Cadastro das pessoas jurídicas de direito público para receberem comunicações por meio eletrônico.....	1773
79.8.	Insolvência civil.....	1775
79.9.	Atos processuais eletrônicos.....	1776
79.10.	Depósitos em dinheiro.....	1776
79.11.	Tutela provisória requerida contra a Fazenda Pública.....	1776
79.12.	Preparo recursal na Justiça Federal.....	1776
79.13.	Nulidade da sentença arbitral como matéria de impugnação ao cumprimento de sentença.....	1777
79.14.	Juizados especiais.....	1777
79.15.	Embargos de declaração no processo em trâmite na justiça eleitoral.....	1779
79.16.	Pesquisas estatísticas periódicas pelo Conselho Nacional de Justiça.....	1780
79.17.	Usucapião extrajudicial.....	1780
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1783</b>